

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTOS SEM REVISÃO)

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

ATA Nº 052

PRESIDENTE - DEPUTADO ZÉ DOMINGOS FRAGA

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Autoridades presentes, Sr^{as} e
Srs., boa tarde.

Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida pelo Deputado Zé Domingos Fraga, pelo Deputado Dilmar Dal Bosco, com o objetivo de discutir o Projeto de Lei 413/2016, Mensagem 75/2016, que dispõe sobre o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar e de pequeno porte - SUSAF-MT, e dá outras providências.

Para que possamos, de fato, dar início a nossa Reunião, vamos compor a mesa. Primeiro convidando, já agradeço, de forma totalmente antecipada, do fundo do meu coração, a presença do líder do Governo e autor também deste Requerimento, Deputado Dilmar Dal Bosco, muito obrigado. Um homem extremamente preocupado com o fortalecimento da Agricultura Familiar no Estado de Mato Grosso e que entende da importância de termos uma ferramenta que possa proporcionar o pequeno produtor, não só fixar no campo, mas acima de tudo, ter renda. Muito obrigado Deputado Dilmar Dal Bosco, pela sua presença.

Quero também agradecer a presença, já convidar para o dispositivo de honra, o nosso Secretário de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários, Suelme Evangelista Fernandes, muito obrigado pela presença, seja bem-vindo à Casa do povo mato-grossense.

Da mesma forma, queremos convidar o nosso Presidente do Instituto de Defesa do Estado de Mato Grosso, do INDEA, Guilherme Nolasco, muito obrigado pela sua presença e tenha a certeza que a Vossa Excelência vai contribuir muito com este debate.

Convidamos o Vereador da Câmara Municipal de Indiavaí, ele é técnico e agrônomo pelo que está dizendo aqui, Gilberto Brauno. Está presente? Gilberto para fazer parte também do dispositivo, com certeza, vai dar suas tacadas aqui, não é Gilberto?

Convidamos também, Eduardo Dantas, médico veterinário da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários para que possa compor o dispositivo, com certeza, vai defender a proposta encaminhada pelo Poder Executivo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016, MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Da mesma forma, convidamos o Secretário Executivo do Consórcio Portal da Amazônia, Humberto Paiva de Oliveira, para que nos dê a honra, único representante de Consórcio que nos dê a honra para que possa estar aqui fazendo parte deste dispositivo de honra.

Convidamos também o Presidente do Ceasa, Daniel José Brolese.

E, por último, convidamos o médico veterinário, sanitarista e consultor técnico de políticas públicas, Rodrigo Olegário Ferreira. É o nosso convidado que, com certeza, vamos não fazer contraponto não, onde poderemos trabalhar para que possamos, através desta Audiência Pública, buscar novas ideias para aperfeiçoarmos, se for assim a vontade dos membros participantes desta Audiência Pública, vamos fazê-los. Mais malejado.

Quero aqui registrar a presença do meu amigo, do meu colega, não vou falar que é de infância, senão vão achar que sou tão velho assim, meu colega, praticamente foi o meu tutor, sabia que ele foi o meu tutor, praticamente meu tutor aqui em Cuiabá e para mi é uma honra muito grande recebe-lo, foi meu colega de trabalho, não sei se tem cadeira aqui Paulo, mas para nós é uma honra poder recebê-lo aqui, muito obrigado.

Tem cadeira aqui Paulo, sobe aqui que até você. Se recordo minha passagem pelas Secretarias, sempre eu com você buscávamos uma alternativa, uma ferramenta que pudesse facilitar a comercialização dos produtos de origem animal da Agricultura Familiar e o Paulo está nos ajudando há muito tempo.

Quero registrar a presença de, ... o nome complicado, um é nome fácil, é médico Leonardo e outro é Corgésio, espero que esse C O R não vem do que estou pensando. É Secretário Adjunto de Agricultura Familiar, seja bem-vindo.

Quero também agradecer a presença do Prefeito eleito do Município de Guarantã do Norte, cadê o Érico? Você deu um pau em mim...

S/ drm

1124au02.drm

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) -...cadê o Erico? Você deu um pau em mim e no Deputado Dilmar Dal Bosco, lá, você apoiou ele? Então, que perdi lá. Seja bem vindo, a eleições já passou mesmo, a casa está se portas a aberta para você, ele deu cassete em mim lá, isso porque veio do PT, imagina se não viesse do PT então.

Cadê o Nelson está aí? Oi Nelson seja bem vindo, falei PT O Nelson já levantou a mão (RISOS). Quero aqui agradecer a presença do Gilmar Antônio Brunetto, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Assistência Técnica Extensão Rural e Pesquisa do Estado de Mato Grosso, homem menos polimico da área agropecuária. Quero registrar a presença do Superintendente de Extensão Rural Carlos Guilherme Dolireo, muito obrigado Dolireo pela sua presença, meu parceiro um excelente técnico na área da bacia leiteira, entende muito dessa área. Quero também agradecer a presença do Secretário de Agricultura do Município de Itiquira, Thierry Aparecido Bernardes, cadê o Thierry? Eu com minha e com um nome desse estava na Globo. Quero aqui agradecer a presença do Sr. José Moreira Viegas, Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Agrário de Nova Brasilândia, muito obrigado, meu chara, nós temos uma coisa em comum bem machucado nós dois.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016, MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Quero agradecer a presença de Anderson Luiz de Oliveira Selestino, medico veterinário, neste ato representando Secretário Municipal de Agricultura de Nova Mutum, Marcio Coelho cadê o Anderson? Da um abraço para nossa querida Nova Mutum, onde o Deputado Dilmar Dal Bosco reina lá.

Quero agradecer a presença de Emerson Viana, Secretário Municipal de Industria e Comercia de Tangará da Serra, cadê o Emerson Viana, obrigado pela visita, você deve ser parceiro do Deputado Wagner Ramos você é do PMDB ele é do PSD.

Quero aqui agradecer a presença de Eder Santos, Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária e Abastecimento de Tangara da Serra, obrigado Secretário Eder. Quero agradecer a presença de Carolina Ferrari, Secretária de Agricultura do Município de São José dos Quatros Marcos, cadê a Carolina, Carolina foi minha colega não é ? foi minha colega da EMPAER. Quero aqui agradecer a presença do Geraldo Pereira de Araujo, Secretário de Agricultura do Município de Campo Verde? Cadê o Geraldo, seja bem, tem visto o Cabara lá? Que beleza, da um abraço ao Cabará...s/lcb...

1124au03.lcb

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) -... Que beleza, da um abraço ao Cabará.

Quero agradecer a presença do Raimundo Ferreira da Silva, Secretário Municipal de Agricultura de Abastecimento de Torixoreo, obrigado pela presença; Quero agradecer a presença de Dari Antônio Carniel, Secretário Executivo do Consórcio Sol Nascente, Pantanal; Quero agradecer a presença Elizene Vargas Borges, Engenheira Agrônoma do Consórcio Nascente do Pantanal; Quero agradecer a presença da Coordenadora do Serviço de Inspeção Sanitária Estadual, INDEA, Fernanda Rocco; Quero agradecer a presença de Kelen Azevedo Bonin, Médica Veterinária, neste ato representando o Secretário da Agricultura de Araputanga; Quero agradecer a presença dos técnicos da EMPAER, muito obrigado pela presença de cada um de vocês; Agradecer a presença de Wilson Pereira, Técnico do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Wilsinho é meu parceiro, trabalhou comigo na Secretaria de Agricultura, muito capaz, é o homem responsável pelo FCO da Câmara Setorial; Quero agradecer o Superintendente dos Consórcios Intermunicipal do Gabinete de Articulação de Desenvolvimento Regional do Estado de Mato Grosso, José Catanante, seja bem vindo; Agradecemos a presença dos funcionários da Companhia Nacional de Abastecimento; e, por último, agradecemos a presença dos pequenos produtores de Mato Grosso, e a presença também dos integrantes do grupo de trabalho que trabalharam a questão do SUSAF; Quero agradecer a presença do Reinaldo Lof, Alemão, meu parceiro de mais de vinte anos, muito obrigado, prazer em vê-lo, estava com saudade de você; Quero agradecer a presença de Antônio Ferreira de Oliveira, Vereador de Itaúba, muito obrigado pela presença, e do Ederson Santos Rodrigues, Secretário de Agricultura, Desenvolvimento e Turismo, obrigada Ederson.

Então, lido e registrado a presença dos senhores, com certeza, vamos dar um norte a nossa Audiência Pública...

...s/asg...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

1124au04.asg

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) -...vamos dar um norte a nossa Audiência Pública.

Eu quero aqui dizer da minha satisfação, Deputado Dilmar Dal Bosco, Secretário Suelme e todos os presentes, em realizar esta Audiência Pública. Até porque os senhores sabem, o Paulo Bilego sabe, o Dorileo sabe, o Reinaldo sabe, o Gauchinho sabe, o quanto nós no passado, Sr. Nolasco, trabalhamos para que pudéssemos ter uma ferramenta dessa natureza de forma que pudéssemos dar a oportunidade ao pequeno produtor agregar valor da porteira para dentro através da agroindustrialização. Mas nós tínhamos tantas barreiras, tantas barreiras sanitárias que dificultava nós chegarmos a esse marco regulatório. Com certeza, nós chegaremos através dessa Mensagem do Poder Executivo.

Eu trabalhei, montei um grupo de trabalho liderado, capitaneado pelo Sr. Paulo Bilego para que pudéssemos ter uma ferramenta para chegar aonde pretendemos no dia de hoje. Infelizmente, não foi possível. Existia muito corporativismo dentro do próprio INDEA, Sr. Nolasco. Um corporativismo muito grande! E que me dificultou.

Durante a minha passagem meteórica como então Secretário de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, eu apresentava uma ferramenta de tamanha envergadura que pudesse realmente aumentar a competitividade do pequeno produtor, que ele pudesse agregar valor, que ele pudesse realmente ter renda até porque de tantos gargalos que tem a agricultura familiar, desde regularização fundiária, falta de água, a questão ambiental, falta de logística, de todos, sem sombra de dúvidas, o pior dos gargalos é a falta de renda até porque sempre tenho dito que saco vazio não para em pé.

E aí, retornando para a Assembleia Legislativa não consegui esse **tento**, eu aprovei a Lei do SUSAF, nº 9.790, aprovada por mim, pelo Deputado Dilmar Dal Bosco, por todos aqueles que entendiam que nós tínhamos que ter uma ferramenta dessa natureza. Infelizmente, essa lei não foi regulamentada pelo Governo passado. O nosso Governo, o Governo presente, tentou trabalhar outra ferramenta que fosse mais moderna.

Deixe-me registrar aqui a presença do Hudson, que é um baluarte no fortalecimento da agricultura familiar e está com uma proposta inovadora de garantir o financiamento dos agricultores familiares, até porque a maioria está inadimplente hoje no Estado de Mato Grosso.

Quero agradecê-lo porque me ajudou a trabalhar a ferramenta nova do SUSAF. E, infelizmente, não foi regulamentada, mas o nosso Governo tentou buscar uma ferramenta muito mais moderna, uma ferramenta que pudesse trazer a segurança jurídica a todos os envolvidos nesse processo. E mandou essa lei para cá propondo a revogação da Lei nº 9.790//2012, de minha autoria. Não tenho nada contra até porque nós temos que cada vez mais aperfeiçoar essas ferramentas justamente para dar essa tranquilidade a todos os envolvidos na cadeia produtiva de toda a produção, principalmente de origem animal e vegetal da agricultura familiar.

Mas nós precisamos definir as competências, Deputado Dilmar Dal Bosco. E qual é a competência do INDEA? Qual é a competência dentro do contexto da vigilância sanitária?

Eu acredito que nós precisamos avançar. A agricultura familiar não só produz produto de origem animal e vegetal, tem outros tipos de alimentos que poderia estar inserido dentro

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

desse contexto, o pão e tantos outros, a pamonha e tantos outros. Tem os próprios produtos que hoje são produzidos pela agricultura familiar, o artesanato. Quem sabe nós poderíamos ouvir...

Nós vamos ouvir os autores dessa lei, quem trabalhou essa lei, vamos ouvir o Rodrigo que é um consultor que conheci trocando ideia com ele, Deputado Dilmar Dal Bosco e vi que ele poderia, quem sabe, dar uma contribuição. Ele veio do Mato Grosso do Sul para dar essa contribuição. E se assim for a vontade desse grupo de trabalho, se for a vontade destas pessoas que nós possamos aprimorar ainda mais essa ferramenta.

Então, quero aqui agradecer a presença de cada um dos senhores.

Dizer da minha alegria em poder discutir neste dia de hoje uma proposta de tamanha envergadura que permitirá que os nossos produtos da agricultura familiar possam realmente permear todo o Estado de Mato Grosso através do sistema de inspeção municipal que acho que para nós é totalmente fundamental.

Portanto, a minha alegria é muito grande e não poderia deixar de fazer esse pequeno relato e acho que já falei demais!

Mas agora eu quero agradecer a presença do João, Prefeito da nossa querida cidade de Rosário Oeste que deu uma surra lá no doutor, no candidato do nosso Governador, mas faz parte do processo democrático. Obrigado, Sr. João, pela presença.

Passo a palavra ao nosso colega, autor também desta Audiência Pública, o Deputado Dilmar Dal Bosco, que é um homem apaixonado pelos agricultores familiares para que também possa dar a sua contribuição, não só como autor, mas acima de tudo para também colocar as suas ideias com relação a essa propositura.

Com a palavra, o Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Obrigado, Presidente, Deputado Zé Domingos Fraga.

Eu tenho...

Para mim é um motivo de orgulho estar aqui com Vossa Excelência até porque acredito que o Deputado Zé Domingos Fraga, hoje, é o melhor Deputado deste Parlamento. É muito atuante, é um Deputado que tem muitas prerrogativas de sucesso...s/dmm

1124au05.dmm

O SR. DILMAR DAL BOSCO -...é muito atuante, é um Deputado que tem todas as prerrogativas de sucesso desta Assembleia Legislativa, pela sua demanda, dedicação, leitura e empenho em todos os projetos dentro do Parlamento, é um dos Deputados que mais avança na melhoria de qualquer propositura, tanto de um Parlamentar como também do Governo do Estado, em todas as categorias. Então, o Deputado Zé Domingos Fraga orgulha realmente a Assembleia Legislativa, e uma das grandes virtudes do Deputado Zé Domingos Fraga é a humildade, essa simplicidade, esse homem dinâmico, sempre voltado ao crescimento de cada setor.

Então, eu tenho orgulho, Deputado, de estar junto com Vossa Excelência e ter aprendido, já na primeira legislatura, e agora continuo cada dia mais aprendendo com Vossa Excelência, porque cuida dos fatores mais determinado, ou o mais importante para o desenvolvimento do Estado, porque cuida das pequenas coisas que dão a qualidade de grandeza do nosso Estado, principalmente na agricultura familiar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Talvez eu seja suspeito a tecer tantos elogios a Vossa Excelência, porque tenho carinho realmente e orgulho de ser seu amigo. Parabéns a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Muito obrigado!

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Eu quero agradecer e cumprimentar o Secretário Suelme Evangelista, que tem feito um trabalho fantástico na Secretaria; o Guilherme Nolasco, Presidente do INDEA; Vereador Gilberto; Prefeito João; Prefeito eleito Érico, muito obrigado.

Eu vejo que tudo que debatemos e trazemos para a sociedade... recentemente nós fizemos uma reunião para falar sobre cooperativismo, junto com o Hudson, Deputado Ezequiel Fonseca, Deputado Zé Domingos Fraga, com a presença do Ministério da Agricultura, da SEDEC, da SEAF, do INDEA, da EMPAER, da EMPBRAPA, que veio representante, eu acho que quando você começa a pegar expertise de todos em produção de um projeto para o bem-estar da sociedade, tem qualidade e sai com perfeição. A exemplo, nós estamos trabalhando na Reforma Tributária com todas as mãos de cada setor, de cada segmento, com todos os envolvidos. Todas as categorias como: Conselho Regional de Contabilidade, Conselho Regional de Administração, OAB, Tribunal de Justiça, Ministério Público, todos os empreendedores e Assembleia Legislativa. Eu acredito que o Governo do Estado acerta quando traz para o debate. E esta Audiência Pública realmente é o debate para que possamos debater um Projeto de Lei voltado ao homem do campo, mas voltado principalmente para a valorização.

Eu sei da luta do Alemão quando estava na Secretaria e de vários trabalhos. Hoje, você sai do Estado de Mato Grosso, vai fazer uma visita e nós somos sabedores, assim como a maioria do povo mato-grossense, que nós temos muitas riquezas que talvez não seja conhecido pelo turismo, mas nós saímos daqui e adentramos a outros estados, passando por qualquer estado, passando por Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, a valorização do produto artesanal produzido nesses estados é um diferencial, oportuniza o empreendedor, o pequeno homem do campo, ele pode vender o seu produto nas mesmas condições nesses Estados e nós, aqui, temos uma grande dificuldade.

A valorização desse projeto é para dar a valorização ao homem do campo que muitas vezes lá no seu dia a dia, na sua produção diária que ele tem na sua propriedade, na sua produção primária, ou que seja artesanal, mas ele faz o produto. Um exemplo, o próprio queijo que vende em outros estados e aqui nós estamos proibido. Se ele faz o seu trabalho digno, produz e ele dá para as pessoas mais sagradas que ele tem, que é sua esposa e os filhos e ele não pode vender para outra pessoa, até porque tem esse impedimento. Talvez essa lei traga a grande qualidade que nós queremos.

Nesse trabalho que estamos fazendo com todas essas pessoas envolvidas, todas as pessoas que têm muito conhecimento. Lá nós estamos produzindo uma lei do sistema cooperativismo e da valorização da agricultura familiar para que o fomento entre município e não municípios individuais.

Então, Corgésio Albuquerque, eu tenho certeza que quando trabalhamos nesse produto ou nesse projeto, onde daremos a qualidade necessária para o produtor, para o pequeno empreendedor do campo para que ele tenha dignidade, tenha ganho.

Então, Eu quero dar os parabéns, Deputado Zé Domingos Fraga, eu vim aqui para escutar muito, aprender um pouco mais, até porque eu tenho sempre defendido a Assembleia Legislativa que nós, Deputados, muitas vezes cada um tem a sua profissão, cada um tem o seu entendimento e muitas vezes o debate com a sociedade é em todas as áreas. Muitas vezes nós estamos participando de uma Audiência Pública tratando da saúde, muitas vezes estamos tratando de agricultura familiar, outras vezes sobre educação. Então, nós temos que ter conhecimento em todas as áreas para que possamos produzir o melhor produto para a nossa sociedade.

Eu acredito que este projeto tenhamos condições de sair daqui de forma individual, municipal ou em forma de consórcio, temos aqui o Gilberto representando um consórcio, inclusive, mas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

que possamos sair dando condições e a qualidade para que possamos ter garantia da nossa produtividade em todas as áreas.

Esses dias estivemos reunidos com os prefeitos falando sobre minério, hoje cada município busca o seu entendimento diferente e o Hélio, como Prefeito, já contratou um geólogo para que possamos também fazer a licença ambiental lá pelo Consórcio, lá pelo Município para agregar os municípios circunvizinhos. Então, quando se produz um trabalho tão importante como esse projeto, capitaneado pelo brilhante Deputado Zé Domingos Fraga, nesta Audiência Pública, para que possamos produzir qualidade, que possamos sair daqui determinados que nós vamos avançar, que nós vamos dar qualidade para o homem do campo, aí nós poderemos avançar.

Eu agradeço a presença de Daniel Brolese, Presidente do CEASA, que se faz presente nesta Audiência Pública...

...S/NNS

1124au06.nns

O SR. DILMAR DAL BOSCO - ... que se faz presente nesta Audiência Pública, mas vim mais para escutar as pessoas que realmente têm o conhecimento e o perfil, temos um pouco de conhecimento e desse conhecimento queremos para a aprovação desta Lei que realmente consiga agregar o pequeno empreendedor rural, para que consiga realmente ter ganho, ter valorização, onde podemos realmente trazer o produto acabado com qualidade e com ganho para o homem do campo.

Acho que essa que é a grande definição deste Projeto, precisamos em todos os momentos, Deputado Zé Domingos Fraga, todos os momentos na Assembleia Legislativa ou em campanhas eleitorais se vê muito, vamos trabalhar sobre a regularização fundiária e a agricultura familiar.

Passa-se projetos, passa-se mandatos e as coisas ficam a ver navios. Acredito que temos que trazer urgentemente e como também estamos trabalhando como a sociedade garantidora de crédito para também esse sistema de cooperativismo que é a maneira, talvez, de conseguirmos não tendo regularização fundiária, ou através de reconhecimento municipal, possamos dar o crédito com os bancos, como a Cresol, de Santa Catarina, que tem interesse de vir para o Estado de Mato Grosso, o Sicredi que quer participar, o MTFomento que quer participar, com esses projetos, essas ações, hoje no SUSAF tenho certeza absoluta que vamos abrir muitas linhas de crédito para dar valorização ao homem do campo.

Quero agradecer, Deputado Zé Domingos Fraga, para mim é uma honra estar participando junto com Vossa Excelência desta Audiência Pública. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado Deputado Dilmar Dal Bosco, obrigado mesmo não só pelas palavras, mas acima de tudo, pela sua participação efetiva nesse contexto desta ferramenta que, sem sombra de dúvida, vai ser novo e verdadeiro porto seguro dos agricultores familiares do Estado de Mato Grosso.

Dando continuidade, antes de iniciar, vou passar a palavra ao nosso Secretário do Estado de Agricultura Familiar, o Suelme. Deixe-me registrar a presença de Isaías Vieira Júnior, Secretário de Agricultura do Município de Santo Antônio do Leverger. Cadê o Isaías? Obrigado Isaías, muito obrigado mesmo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016, MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Quero registrar a presença da Patrícia Laura de Araújo, Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Econômico de Cuiabá. Cadê a Patrícia? Seja bem-vinda Patrícia. Muito obrigado.

Quero registrar a presença do Vereador Flávio dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Nova Brasilândia. Cadê o nosso Vereador, futuro Deputado, seja bem-vindo.

Só queria agradecer a presença de João Albino, Prefeito de Rosário Oeste. Obrigado João.

Quero agradecer a presença de Glauci Kelly Alves, Coordenadora, nesse ato representando a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural de Várzea Grande. Cadê a Glauci? Obrigado, seja bem-vinda.

Quero registrar a presença de Álvaro Augusto Lemes de Araújo, Fiscal de obras, representando o Secretário de Agricultura de Rosário Oeste. Cadê o Álvaro? Deve estar perto do Prefeito não é? Seja bem-vindo...

S/ rof

1124au07.drm

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - ...deve está perto do Prefeito, sejam bem vindo, cargas iguais se repelem. Quero registrar a presença da Vereadora Marinildes Bernardes, cadê a Marinildes lá de Matupa Dirceu? Seja bem vindo mulher. Registrando ainda a presença do Vereador do Município de Juina Antônio Munhoz Sanches, obrigado Antônio pela presença; registramos a presença do Vereador do Município de Juina Sandro Canto da Silva, cadê o Sandro? Obrigado Sandro. E por ultimo registramos a presença de Cesar da Silva do Município longínquo do Município de Santo Antônio do Leverger, cadê o Cesar? Obrigado Cesar pela presença.

Dando continuidade convido nosso Secretário de Agricultura Suelme para que possa fazer uso da palavra.

O SR. SUELME EVANGELISTA FERNANDES - Boa tarde a todos.quero cumprimentar a direção desta Audiência Pública em nome do Deputado Zé Domingos Fraga, com certeza a maior referencia política histórica da agricultura familiar neste parlamento e não menos importante e também atuante na defesa da agricultura familiar Deputado Dilmar Dal Bosco que nos honra como Líder do nosso Governo aqui na Assembleia Legislativa e que tem feito um dialogo muito produtivo e muito democrático com Poder Executivo no sentido de nos orientar e corrigir os rumos da administração no sentido de construir boas políticas, dar boas respostas e bons resultados na gestão pública ao qual eu orgulho fazer gestão e construir oportunidade para o pequeno produtor.

Quero cumprimentar a Mesa o Presidente do INDEA é meu vizinho de baixo no nosso prédio, conjugamos o mesmo espaço publico e isso facilitou sob maneira a nossa articulação para construção desse projeto, o INDEA foi com certeza um pilar muitíssimo importante na construção desse dialogo, em nenhum momento o Presidente do INDEA colocou nenhuma restrição, nenhuma barreira e nenhum óbice para que construíssemos outras saídas, outras alternativas para a pequena agricultura, para agricultura familiar, pela sensibilidade e o comprometimento que ele tem oportunizar para esse segmento produtivo do Estado um melhor ambiente produtivo e uma agregação de valor na sua produção.

Cumprimentar os membros da Mesa, Humberto...s/lcb...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTOS SEM REVISÃO)

1124au08.lcb

O SR. SUELME -...cumprimentar os membros da Mesa, Alberto, do Consórcio; Vereadores; Daniel Brolese, aqui representando neste ato o CEASA, e me permita a plateia cumprimentando a todos, e gostaria de destacar o trabalho louvável dos funcionários públicos do Estado de Mato Grosso que fizeram um grupo de trabalho durante dois anos para chegar a este momento. Às vezes os atos administrativos parecem muito simples e partem apenas das decisões e vontade política, mas só quem construiu essa minuta sabe o vale da sombra que nós caminhamos, empecilhos, entraves, discussões, debates, viagens em outros estados, estivemos em Maracajú, Mato Grosso do Sul, estivemos em Lucas do Rio Verde, Tangará da Serra, vimos na prática no interior do Estado e vimos fora do Estado também várias experiências, mas esse grupo para não ter nada, fez algo em torno de umas duzentas reuniões dentro da Secretaria entre idas e voltas e na construção que envolveu aproximadamente vinte e cinco funcionários públicos dos mais diversos órgãos, eu queria citar alguns, posso esquecer, mas é importantíssimo, Deputado Dilmar Dal Bosco, que nós reconhecamos os companheiros da luta. A AMM foi fundamental na construção desses projetos, nós tivemos duas técnicas... Pelo menos duas técnicas da AMM diretamente ligada a esse projeto. Eu quero cumprimentar o Presidente Neurilan Fraga pela sensibilidade também pela defesa da agricultura familiar. Nós tivemos mapa, tivemos MBA, está aí o Nelson Borges que era o antigo Delegado do Ministério aqui no Estado de Mato Grosso, que participou desses debates, tivemos o INDEA, tivemos a Secretaria de Saúde, a Superintendência de vigilância sanitária, tivemos a SEMA efetivamente dentro dos debates, tivemos a SEDUC no setor de alimentação escolar dentro dos debates, tivemos a CONAB que está aqui representada pela Franciele que nos orgulha com a presença, também em algum momento esteve presente conosco. Além dos técnicos da nossa Secretaria, eu esqueci mais algum? A EMPAER, com certeza, a nossa querida e velha EMPAER, a SEFAZ que esteve presente nesse debate, o CEASA que esteve presente aqui no debate. Enfim, rapidamente os consórcio que tiveram em vários debates aqui representado pelo Alemão. Para chegar até aqui tivemos uma longa caminhada e não poderia assim, me permita pedir autorização para quebrar o protocolo e pedir uma salva de palma para esses trabalhadores que se dedicaram a essa Lei... (PALMAS)

O SR. SUELME - Chegamos até aqui e esperamos que esta Audiência Pública...
...s/asg...

1124au09.asg

O SR. SUELME EVANGELISTA FERNANDES -...chegamos até aqui e esperamos que esta Audiência Pública possa fazer o veredito necessário para que esta Assembleia Legislativa possa fazer a validação da lei.

Levamos dois anos para chegar até aqui, enfrentando SEMA e nós sabemos a dificuldade do pequeno dentro da SEMA, enfrentando INDEA, e nós sabemos da dificuldade lá na ponta, também dentro da cultura organizacional do órgão para si discutir as questões de sanidade, discutir com a Secretaria de Saúde e o setor de Vigilância Sanitária.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

É uma quantidade enorme de leis que tem no anexo dessa proposta porque nós tivemos que fazer dentro da legalidade garantindo o mínimo para que esses produtos possam chegar lá na ponta.

Então, quero desejar um bom trabalho, agradecer a oportunidade, mas destacar a felicidade nossa enquanto Poder Executivo de estar nesse momento histórico, principalmente para as pessoas que não estão neste auditório, como disse o Deputado Dilmar Dal Bosco, que ficam aí nas beiras das avenidas, que ficam aí nas feiras, tratados como marginais, correndo da fiscalização com medo de ser preso, com medo de colocar o seu produto na prateleira, com medo de serem multados pela SEMA e pelas fiscalizações que são inúmeras para o produtor, diante do que se tinha será um avanço muito importante para o nosso Estado porque tem uma série de possibilidades que vão agilizar a comercialização e principalmente agregação de valor dos produtos da agricultura familiar.

Então, quero agradecer a todos e dizer que a Secretaria tem outros desafios. Nós vamos construir agora nos próximos dias um grupo de trabalho para discutir as questões de legislação ambiental que são inúmeros problemas e queremos avançar.

Eu acabei de falar com o Deputado Zé Domingos Fraga e gostaria que o Deputado Dilmar Dal Bosco nos ajudasse a discutir a questão dos impostos sobre os produtos da agricultura familiar. E Vossa Excelência conhece bem que a Reforma já está em vossas mãos, então, pronto. Vossas Excelências já estão com a pauta nas mãos, são inúmeras tarefas que nós temos.

Termino dizendo o seguinte: este Estado fez grande e construiu junto com a ideia da grande produção de agricultura familiar uma série de legislações que disciplinam o funcionamento das grandes atividades produtivas.

Agora, nós temos a responsabilidade histórica de fazer com que essas leis não sejam excludentes para os pequenos e que haja diferenças necessárias para tratar o pequeno impacto do grande impacto; da pequena produção e da grande produção; das dificuldades de tecnologia do pequeno para as dificuldades do grande. Infelizmente, muitas leis não consideraram essa particularidade importante da agricultura familiar. Este é um passo importante e esperamos que nós possamos ter outras conquistas.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Secretário Suelme.

Dando continuidade, eu gostaria de pedir...

O Sr. Dilmar Dal Bosco - Concede-me a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Eu tenho um compromisso com o Secretário...s/dmm

1124au10.dmm

O SR. DILMAR DAL BOSCO -...Eu tenho um compromisso com o Secretário Marcelo Duarte, na SINFRA e eu tenho também que ir ao Palácio porque vários Deputados do Parlamento Amazônico irá se reunir lá e eu tenho que fazer a honra da casa a esses Deputados. Nós estamos discutindo vários assuntos pertinentes aos Estados envolvidos, principalmente a mata atlântica, a mata amazônica, onde nós temos vários gargalos e precisamos resolver, algumas determinantes do Governo Federal, como

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Instrução Normativa que proíbe o desenvolvimento do nosso Estado, o direito constitucional como o direito da política florestal. Então, nós estamos debatendo vários assuntos, como o crescimento fortíssimo, hoje, no avanço de pequenas centrais hidrelétricas, usinas hidrelétricas que, aproveitando das nossas riquezas nós somos impedidos e muitas vezes cobrados para preservar, mas não temos a arrecadação necessária para ceder essas riquezas para geração de energia para o Brasil inteiro. Esse debate é importante.

Mas eu estive falando com o Deputado Zé Domingos Fraga, e nós já vamos propor, eu já vou passar ao Secretário Suelme Evangelista, está aqui também o Guilherme, eu vou passar ao Governador do Estado e nós vamos fazer o que tinha na Lei de autoria do Deputado Zé Domingos Fraga e nós vamos trazer para esta lei e vamos lutar para isso, que é a isenção dos produtos da agricultura familiar para que valorizemos cada vez mais. Eu acho que muitas vezes o valor é insignificante, mas para quem produz, para o pequeno agricultor vale muito e é muito recurso. Então, além de incentivar, nós vamos lutar para que seja mantida a isenção desses produtos que estão aqui e o que mais puder acrescentar para a agricultura familiar.

Fica aqui o nosso compromisso, meu e do Deputado Zé Domingos Fraga, que somos da base do Governo, estou Líder do Governo aqui na Assembleia Legislativa e nós vamos lutar. Já estamos discutindo a Reforma Tributária e nós vamos tentar colocar uma Emenda para que possa ser garantida ao pequeno agricultor a isenção dos seus produtos, principalmente os produtos artesanais.

Eu só queria deixar registrado, Deputado Zé Domingos Fraga, eu vou lá e retornarei para esta Audiência Pública que é extremamente importante.

Eu pedi a minha assessoria para que acompanhe, grave tudo para que eu possa, mais tarde, acompanhar todas as decisões e os encaminhamentos para que possa contribuir.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Muito obrigado, Deputado Dilmar Dal Bosco, eu tenho certeza que Vossa Excelência vai estar com um pé lá no Palácio do Governo e o outro pé aqui nesta Audiência Pública. Espero que Vossa Excelência possa voltar para contribuir e para que possamos aprender, porque um público... gente, eu tenho participado, ao longo desses dez anos que eu estou Deputado, de muitas Audiências Públicas, mas com um público seletivo igual a de hoje, eu nunca participei. Prova disso que eu quero registrar a presença do Sr. Juarez Ventura, assessor da EMPAER, neste ato representando o Presidente Layr Mota.

Muito obrigado, Juarez.

Jenifer Martins, analista institucional da OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras. Muito obrigado pela presença.

Então, um público igual a este, você não encontra em qualquer Audiência Pública realizada por esta Casa...

...S/NNS

1124au11.nns

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) ... realizada por esta Casa e olha que tem Audiência Pública, ta?

Vou pedir para os próprios oradores para que sejam um pouquinho mais breve, até porque precisamos ouvir o Representante do Governo do Estado que vai debater esta Mensagem e

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

ouvir o Rodrigo para que possamos entrar em um debate que é que vai fazer a diferença para que possamos, se for necessário, aperfeiçoar essa ferramenta.

Quero convidar, Guilherme Nolasco, Presidente do INDEA, para que possa fazer o uso da palavra.

O SR. GUILHERME NOLASCO - Boa tarde, Deputado Zé Domingos Fraga. Parabéns pela iniciativa, por esta Audiência.

Deputado Dilmar Dal Bosco, líder do Governo, companheiro, parceiro.

Secretário Suelme Fernandes, um dos grandes idealizador deste Projeto, incansável, reuniu mais de 50, 100 em reuniões múltiplas de trabalho.

Serei bem rápido, Deputado, porque é mais importante do que as minhas falas, mas é uma satisfação participar de um ato como o desse, uma legislação que, com certeza, será um marco da Agricultura Familiar dentro do Estado de Mato Grosso.

Mato Grosso é líder nas grandes produções como disse o Secretário Suelme aqui, que neste Governo teve a sensibilidade de fazer da Secretaria de Agricultura Familiar, uma Secretaria especializada no segmento da Agricultura Familiar.

As grandes atividades agropecuárias do Estado são bem representadas por fortes entidades, Ampla, Prosoja, Acrimat, Famato, Dismat e a Agricultura Familiar precisava de uma Secretaria realmente robusta e forte para lutar pelo interesse de toda essa população que vive nos 141 municípios de Mato Grosso.

Estivemos recentemente em Santa Catarina, dois dias, eu e a Diretora Técnica do INDEA, Daniela, acompanhando, Santa Catarina tem mais de 400 pequenas agroindústrias, economia de Santa Catarina vive desse segmento.

Mato Grosso é um Estado tão rico, de terras férteis, abençoado, água, chuva, com gente trabalhadora e a Agricultura Familiar ainda engatinha. Acreditamos que a partir de agora, Secretário, com seu empenho, seu trabalho, com o empenho do Deputado Zé Domingos Fraga, atento a todas as questões da política pública, mas que tem na sua bandeira número 1 a Agricultura Familiar.

Deputado Dilmar Dal Bosco também atento, líder do Governo na Assembleia para que possamos fazer a diferença dessa forma...

S/ rof

1124au012.rof

O SR. GUILHERME NOLASCO - ...fazer a diferença desta forma Secretário Sr. Suelme, unindo esforços misturando equipes, misturando o INDEA, com a Secretaria de Agricultura, com a SEMA, com a MM todos os entes envolvidos e construir políticas públicas para uma sociedade tão carente de atenção, investimentos, de tecnologia, tem uma EMPAER que tem que levar lá e tem que funcionar, tem que ter uma linha de crédito subsidiada do uma FCO, do Pronaf, são tantas questões que nós podemos a partir desta legislação desenvolver, a cadeia do mel, a cadeia do leite, do queijo, das farinhas, das verduras, são inúmeras e infinitas oportunidades que a agricultura familiar tem e tem este anseio, tem força de trabalho, tem gente que quer, se a gente não atrapalhar, Deputado Dilmar, já é um grande benefício que a gente traz a sociedade e em nome destes Prefeitos, destes líderes que estão aqui, vereadores, Presidentes de Sindicatos trabalhadores

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016, MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

rurais e tem na Secretaria de Agricultura, no Governo, na Assembleia, no INDEA, no Deputado Dilmir Dal Bosco, no Deputado Zé Domingos Fraga, a força para construir estas políticas públicas.

Então Sr. Suelme o senhor é, diz que o vizinho é o parente mais próximo, como o senhor falou, nós estamos no mesmo prédio, grande parte desta equipe me honra o INDEA ter feito parte e ex-servidor do INDEA e o um ex-Presidente do INDEA Paulo Bilego dentro de um trabalho desse, o Eduardo, servidor do INDEA, cedido a SEAF, empenhado neste trabalho, é um motivo orgulho para nós que vê que não somos mais um governo de caixinha, somos um governo que podemos juntos construir políticas públicas diferentes para a sociedade.

Conte comigo Secretário Sr. Suelme, eu acredito que a agricultura familiar conta com o senhor para o desenvolvimento desta cadeia.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Presidente, tenha certeza que a Vossa Excelência contribuiu muito para que pudéssemos estar discutindo uma ferramenta mais moderna, contemporânea, disse Vossa Excelência se não pode contribuir de uma forma mais significativa, pelo menos não atrapalhou, coisa que infelizmente não aconteça no passado.

Quero aqui registrar a presença do Sr. Luciano Borges, Presidente da Planatur, Instituto da Natureza e Turismo, que também marca presença aqui. Luciano muito obrigado pela presença. O Deputado Dilmir está falando que estão assistindo esta Audiência aqui, onde Deputado? (DEPUTADO DILMA DAL BOSCO FALA FORA DO MICROFONE)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Porto dos Gaúchos, vereador Zé Lemes, obrigado...Sdrm

1124au13.drm

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) -...Vereador Zé Lemes, obrigado pela audiência em Portos dos Gaúchos, muito obrigado mesmo.

Dando continuidade, convido para fazer uso da palavra, Humberto Paiva de Oliveira, Secretário Executivo do Consórcio Portal da Amazônia, Humberto se pudesse ser um pouquinho breve para nós entrarmos no conteúdo realmente da Audiência Pública.

O SR. HUMBERTO PAIVA DE OLIVEIRA - Vai ser rápido mesmo Zé Deputado Fraga. Primeiramente agradecer Vossa Excelência por esta Audiência Pública, cumprimentar a mesa em seu nome este trabalho iniciou na sua gestão na SEDRAF parabenizar o Suelme em dar continuidade toda equipe que participou e os presentes, aqui não vou acrescentar nada. Como Vossa Excelência falou, tem um grupo seletivo aqui para nós discutimos vários pontos sobre essa lei.

Só quero agradecer o empenho de todos por estarem aqui para apoiar e que tenhamos essa lei aprovada o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Humberto, você foi mais rápido do que eu imaginava, mas obrigado pela sua participação e pela sua fala curta, mas certas.

Quero convidar o Daniel Brolese, Presidente do CEASA e logo em seguida vou passar a palavra para os nossos conferencistas, mas antes quero avisar a pessoal da plateia, caso haja interesse de alguém interpellar o palestrante poderá fazer com previa inscrição junto ao cerimonial estritamente sobre o assunto e o interpellado terá três minutos para resposta. Portanto, quem quiser

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

no transcorrer da fala dos palestrantes quiserem qualquer questionamento procurem nosso cerimonial que está apostado.

Portanto, com a palavra Daniel Brolese.

O SR. DANIEL BROLESE- Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Dilmar Dal Bosco e Zé Domingos Fraga, parabeniza-los por esta iniciativa que tiveram, parabenizar o Secretário Suelme, pelo trabalho que ele vem exercendo em frente a Secretaria de Agricultura em nosso Estado.

Deputado Zé Domingos Fraga, a importância desse projeto que está para acontece é de suma importância. Só fazer um relato da importância. Na região que eu moro tem uns produtores de mel que só ano passado tiveram que mandar mais de vinte mil quilo clandestino de mel para Rio Grande do Sul porque não poderiam comercializar dentro do Estado....s/lcb...

1124au14.lcb

O SR. DANIEL BROLESE -...de mel para o Rio Grande do Sul porque não poderiam comercializar dentro do Estado. Então, essas coisas já não podem mais estar acontecendo. Hoje todo mel que é produzido no norte do Estado, praticamente, tem uma fabriquetinha que é em Alta Floresta que tem uma licença para comercializar. O restante é tudo clandestino no norte do Estado.

Então, isso prejudica a agricultura, o pequeno produtor, o Estado que deixa de arrecadar, na verdade.

E tem um outro item também, Presidente, que é sobre o ovo de codorna. É um produto que tem vários criadores na região norte lá, e eles não podem comercializar. Até porque eu já conversei com o Presidente do INDEA, que aqui é o único Estado do país que não pode ser comercializado ovo de codorna numa indústria de conserva, tem que ter um prédio próprio, uma empresa separada para produzir.

Então, vejo que esta oportunidade, Secretário Suelme, vendo um enriquecimento tão grande para agricultura familiar que é um marco na verdade na história da agricultura familiar do Estado.

Então, esses itens de tamanha importância, se for aprovado, realmente, esta lei será um benefício muito grande.

Quero reforçar sobre a tributação dos hortifrutis, Secretário Suelme, nós conversamos ontem, a cebola é uma absurdo. Dentro do Estado para comercializar uma cebola ela custa mais cara os impostos do que você trazer importado de outro estado.

Então, esses detalhes vem prejudicando o desenvolvimento da cadeia produtiva na verdade. E quando se fala em construir um CEASA no Estado, esses detalhes que farão a diferença num todo.

Meu muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Presidente, foi muito bem lembrado, inclusive, eu já tentei, eu e o Alemão trabalhamos muito uma vez para que pudessemos desonerar a cebola e a banana. A banana aqui no Estado de Mato Grosso tivemos muita dificuldade com a Secretaria de Fazenda, mas acho que por isso que é bom essa discussão, porque

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

não estou vendo aqui dentro da tabela de volumes de transformação, não estou vendo nada em termo de conserva, compotas, entendeu? Que possamos estar trabalhando. Por isso que é importante essa discussão.

Dando continuidade...

...s/asg...

1224au15.asg

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Dando continuidade, vamos ouvir o Exmº Sr. Gilberto de Souza Brauno, Vereador da Câmara Municipal de Indiavaí.

Vossa Excelência está com a palavra!

Logo em seguida, passaremos aos nossos conferencistas.

O SR. GILBERTO DE SOUZA BRAUNO - Exmº Sr. Deputado e demais presentes, Secretário de Estado, em nome dos vereadores quero parabenizar vários vereadores presentes, participando deste evento onde está sendo discutido uma ferramenta importante que ajudará muito o produtor rural, o pequeno produtor.

Eu quero também parabenizar o Consórcio Nascentes do Pantanal, em nome do **Dario**, Secretário Executivo pelo trabalho de recuperação das nascentes que está sendo feito lá em nossa região, Secretário **Dario**. Parabéns!

Deputado, eu quero dizer que com a aprovação desse projeto, com certeza teremos mais jovens no meio rural. Hoje eu vejo uma preocupação no meio rural devido a idade do pessoal que está trabalhando lá diariamente.

Pelo menos lá em nosso município são pessoas já idosas e que o jovem, muitas vezes por falta de algum incentivo para permanência, para ter renda ali no campo, ele vai para a cidade. Às vezes, fica desempregado ou, às vezes, arruma um trabalho. E com essa lei acredito que o jovem irá permanecer no campo trabalhando ali nessas cadeias produtivas que hoje é muito burocrático para legalizar.

Como exemplo, um produtor nos procurou lá na Secretaria de Agricultura querendo saber a questão para regularizar um abatedouro de frango caipira. É uma dificuldade muito grande.

Nós estivemos com o Sr. José de Assis Guaresqui, do Ministério da Agricultura, que nos deixou muito desanimado. Muito burocrático! Hoje nós não temos aqui uma marca do frango caipira. Eu acredito que com a aprovação dessa lei poderemos em várias regiões do nosso Estado criar essa cadeia produtiva...s/dmm

1124au16.dmm

O SR. GILBERTO DE SOUZA BRAUNO -...poderá em várias regiões do nosso Estado criar essa cadeia produtiva, onde teremos um frango com baixo nível de medicamento, é um frango mais natural, onde a população poderá ter acesso.

Parabéns a todos e estamos aqui prontos para ajudar também, nós temos formação de engenheiro agrônomo, estamos como vereador, volto reeleito para o terceiro mandato e quero

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016, MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

parabenizar os colegas vereadores pelas nossas lutas nas Câmaras de Vereadores que diariamente estamos recebendo ali pessoas que realmente querem trabalhar, mas muitas vezes ficam no meio do caminho, ficam desanimados em ver tanta burocracia pelo caminho.

Parabéns, Deputado Zé Domingos Fraga, Deputado Dilmar Dal Bosco, pela Audiência Pública promovida pelos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Muito obrigado, Vereador.

Eu quero registrar a presença do Vereador mais famoso do Estado de Mato Grosso, o famoso Miguelão, lá do Município de Barra do Garças. E tem dinheiro, gente, não é porque é bonito e nem eficiente, é porque tem a pólvora... (RISOS).

Ouviremos agora os nossos palestrantes, quero reafirmar que os senhores têm que participar, questionar os nossos palestrantes, podãõ fazê-lo com prévia inscrição junto ao Cerimonial, estritamente sobre o assunto e o interpelado terá três minutos para a resposta. É muito importante a participação dos senhores. Façam inscrição com o nosso Cerimonial que daremos a oportunidade para todos participarem.

Eu convido o Eduardo Dantas, médico veterinário da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários, neste ato representando o grupo de trabalho que trabalhou essa ferramenta que eu quero aqui agradecer e parabenizar todos, sem distinção, para que em quinze minutos possa fazer a explanação da Mensagem nº 75/2016.

O SR. EDUARDO DANTAS - Boa tarde a todos!

Como já foi dito aqui, eu sou Eduardo, médico veterinário do Instituto de Defesa Agropecuária, atualmente eu sou cedido à Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários...

...S/NNS

1124au017.cac

O SR. EDUARDO DANTAS - ... atualmente eu sou cedido à Secretaria de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários e estou aqui representando o grupo de trabalho do SUSAF - Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar e de Pequeno Porte para explicar o trabalho que tivemos durante essa um ano e meio de reuniões, de bastante debates.

Então, o que é o SUSAF? É um sistema que vai equivaler os serviços de inspeções municipais e as vigilâncias sanitárias municipais ao Estado por meio de suas Secretarias, da Secretaria de Saúde e da sua entidade o Instituto de Defesa Agropecuária.

E qual é o objetivo do SUSAF? O principal objetivo do SUSAF é ampliar a comercialização e a produção dos produtos de origem animal, os produtos de origem vegetal da agroindústria familiar de pequeno porte para todo território do Estado de Mato Grosso.

Mas o que são os serviços de inspeção? Os serviços de inspeção de origem animal pode ser dividido em três esferas, essas esferas são independentes: a esfera federal é o SIF - Serviço de Inspeção Federal, que é regulamentada pelo MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Ele vai regularizar o comércio nacional e o comércio internacional.

O SISE - Serviço de Inspeção Sanitária Estadual, é o serviço de inspeção estadual, que aqui no Estado de Mato Grosso é regulamentado pelo INDEA, ele vai autorizar e regulamentar o comércio interestadual. E o SIM - Serviço de Inspeção Municipal, que regulamentará o comércio intramunicipal. E temos o SISBI - Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal e como que funciona? O Estado e o município que quiserem aderir ao SISE, ele faz uma solicitação no

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016, MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Ministério da Agricultura. Por exemplo, o INDEA pode solicitar a adesão ao SISBI, sendo autorizada, os SISEs, as agroindústrias do INDEA que estiverem aptas vão poder comercializar os seus produtos em nível nacional. Podemos dizer que se o INDEA foi autorizado a entrar no SISBI todos os municípios do Estado de Mato Grosso podem comercializar os seus produtos em nível nacional? Não, não funciona dessa maneira. Eles são independentes. O município tem obrigatoriamente também que aderir ao SISBI. Funciona o SUSAF da mesma maneira. Cada município tem que pedir a sua adesão ao SUSAF, entendeu? Independentemente. E assim esse município poderá comercializar o seu produto em nível interestadual.

Falando um pouco do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária...

s/cms

1124au018.cms

O SR. EDUARDO DANTAS - ...falando um pouco do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, que é o produto de origem vegetal. É um pouco mais simples que o Sistema de Inspeção Animal, eles são interligados.

A ANVISA que é o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária foi regulada pelo Ministério da Saúde. As divisas estaduais que são regulamentadas pela Secretaria de Estado de Saúde e as divisas municipais que são regulamentadas pelas secretarias municipais de saúde.

Bom, agora vamos falar do nosso histórico, desse trabalho ao longo desses anos. A lei vigente do SUSAF é a Lei nº 9.790, datada em 27 de julho de 2002. Porém, até o presente momento, até a presente data, essa lei não viabilizou que nenhum município aderisse ao SUSAF até o presente momento. Sendo assim, a SEAF através da Portaria nº 09, de 22 de maio de 2015, oficializou a criação do grupo de trabalho do SUSAF, na intenção de avaliar e adequar essa lei do SUSAF, na sugestão da revogação de fazer uma lei que atendesse a agricultura familiar.

Para explicar, foram em torno de vinte e cinco profissionais envolvidos, entre advogados, engenheiros agrônomos, engenheiros florestais, biomédico, médicos veterinários, nutricionistas, enfermeiros e tecnólogos de alimentos, baseamos a nossa lei na IEN 16 do Mapa, que é uma legislação que o Mapa lançou, que atende a agricultura familiar. Ela ainda está em processo de regulamentação.

Além disso tudo, foram envolvidas várias secretarias, entre elas a Agricultura Familiar, Meio Ambiente, Saúde, Desenvolvimento Regional, INDEA, EMPAER, SEFAZ, AMM e o Mapa que entrou como colaborador. Eu falei que foram vários profissionais de todas essas secretarias, cada uma tem as suas próprias ideias e metas, então, não foi fácil. Foram muitas reuniões, vários debates, mas todos na intenção de chegar ao melhor para a agricultura familiar.

Até o momento tivemos quarenta e cinco reuniões, foram trinta e oito realizadas para debater sobre o SUSAF e sete reuniões para debater sobre a lei do SIM.

Também tivemos três visitas técnicas, uma para a Cidade de Maracaju, em Mato Grosso do Sul; e duas no Estado de Mato Grosso, em Lucas do Rio Verde e Tangará da Serra.

Nessas reuniões tivemos visitas nas agroindústrias, tivemos reuniões com os representantes de cada prefeituras e das secretarias de agricultura de cada município.

Tivemos também eventos realizados, primeiro foi o evento realizado pela AMM...

...s/tmr...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

1124au19.tmr

O SR. EDUARDO DANTAS - ... eventos realizados.

Primeiro foi o evento realizado pela AMM, que foi um seminário para ações práticas para o fortalecimento de consórcio. Tivemos no Ministério da Agricultura um evento realizado pela SEAF, que foi uma apresentação do abatedouro móvel, um molde feito pela ENGEMAG, juntamente com a EMBRAPA de Santa Catarina. A intenção de trazer esse tipo de abate para o Estado de Mato Grosso.

Tivemos também apresentação da minuta de lei do SUSAF ao Ministério Público.

Aqui só para explicar algumas imagens, são reuniões que aconteceram na SEAF, aqui foi da AMM, o seminário que aconteceu na AMM. Aqui a visita a Maracaju das agroindústrias, e aqui visitas a Tangará da Serra e Lucas do Rio Verde.

As nossas ações em desenvolvimento.

Qual é a principal ação nossa? Foi a minuta de lei do SUSAF, que está aí para aprovação. Nós também desenvolvemos um modelo de legislação única sugestivo, para modelo de SIM, para que os municípios que quiserem aderir o SUSAF utilizem esse modelo, que fica mais fácil para ele aderir ao SUSAF.

Temos cartilhas, já está pronta as cartilhas do SUSAF de apresentação, está em andamento cartilha de boas práticas de fabricação, está em andamento do regulamento, que vai ser feito pelo INDEA, regulamento feito pela parte vegetal, pela Secretaria de Saúde. Já definimos a logomarca do SUSAF. Temos eventos de divulgação marcados com as prefeituras para apresentação da legislação.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Eu quero registrar a presença do Deputado Valdir Barranco, também um apaixonado pela agricultura familiar para que possa nos dar a honra, para compor o dispositivo de honra.

Eu quero registrar a presença, do Gilval, de Peixoto de Azevedo, lá de União do Norte, que está marcando presença. Seja bem-vindo!

O SR. EDUARDO DANTAS - Outra ação nossa de desenvolvimento foram os projetos que a SEAF juntamente com a AMM realizaram. São plantas que atendam a agricultura familiar. Então, as da AMM desenvolvera projetos completos com rede elétrica, sanitários, estrutural, orçamentária. Esses projetos vão disponibilizados em portfólios que serão passados para as prefeituras.

Quero já salientar que esses projetos já estão chancelados pelo INDEA, pela SES, então, são projetos já atendem a .../nns

1124au20.nns

O SR. EDUARDO DANTAS - ... e pela SES, são projetos que já atendem ao que a proposta nossa do SUSAF.

Esses projetos, assim só para falar rapidamente, temos já um entreposto de pescado, são plantas pequenas que possam chegar dentro do bolso da agroindústria familiar, vai sair em um valor, de mais ou menos, 364 mil.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016, MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Temos abatedouro de aves no total de 284 mil. O entreposto de mel em uma planta de 88m² para 244 mil. Fábrica de laticínios em uma planta de 71m² para 259 mil. Farinheiras de 77m² para 277 mil. Processamento de cana-de-açúcar para 99m² para 320 mil. Processamento de frutas de 55m² para 234 mil. Uma usina de beneficiamento de leite de 51m² para 2mil litros.

Estes que estão em asterisco, ainda não terminamos, estão em desenvolvimento, temos que passar a planta pelo INDEA para a aprovação, pela SES e a AMM ainda está fazendo o levantamento, mas fizemos uma estimativa.

Um abatedouro misto, ali está como 420m², mas ali é só estimativa, até porque o SUSAF só pode planos até 250m² e estamos tentando chegar em até menos que isso. Não é Natasha? Então, 1 milhão e 400 vai cair bastante esse valor.

Processamento de conserva, acreditamos que chega, em uma planta de 65m², a 150 mil. Fábrica de embutidos cárneos, em uma planta de 80m², para 200 mil. E uma classificação de ovos, em uma planta de 52m², para 119 mil.

Esse é o que estamos tentando...

Gostaria também de avisar que a SEAF já tem disponibilizado em torno de 3 milhões de convênio com o MAPA, que estão aplicados na Caixa Econômica para a implantação dessas bases físicas.

(PARTICIPANTES MANIFESTAM-SE SIMULTANEAMENTE - INAUDÍVEL.)

O SR. EDUARDO DANTAS - Oi?

A SR^a NATACHA DE CARVALHO LUIZ - Boa tarde, sou Natacha, sou arquiteta da AMM.

Com relação aos valores, como o Eduardo falou, essas plantas, esses projetos estão aprovados tanto...

S/ rof

1124au021.rof

SR.^a NATACHA DE CARVALHO LUIZ- ... estas plantas, estes projetos, eles estão aprovados tanto para a parte animal como para a legislação em nível de produtos de origem vegetal. Com relação aos valores, se os senhores se atentarem ao item aqui em baixo fonte, por se tratarem de projetos de obras públicas a gente tem que estar utilizando a planilha, a planilha foi feita com base em custo da planilha da SINAPI, SINAPI de abril de 2016. Destes valores vou pegar por exemplo, abatedores de aves, deste total dele de R\$ 284.756,84, nós temos sem o BDI, este projeto ficaria em R\$ 221.000,00, então quer dizer que 28,35%, quase 30% do valor da obra é de DBI. O que é este DBI? Um saco de cimento aqui em Cuiabá, por exemplo que custa R\$ 19,00, lá em Terra Nova ele pode estar custando R\$ 45,00, R\$ 50,00, então a gente tem que trabalhar com esta margem de erro, todas as obras públicas é necessário isto.

Com relação a execução, tudo o que esta na planilha, o projeto é composto, Sr. Eduardo apresentou e ficou um pouco rápido, o projeto é composto por parte elétrica, parte estrutural, a parte do sistema de tratamento, projeto de incêndio, projeto de SPDA e projeto de arquitetônico.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Todo mundo vai virar e vai falar, mas então é só a base física? É sem os equipamentos? Sim. Este é um projeto de uma agroindústria só a base física. Este valor pode ser reduzido? Pode. Os valores dentro do Estado tem uma alteração muito grande, o que a gente trabalha é a planilha SINAPI. Esta planilha SINAPI ela tem atualização mensal, a gente inclusive tem uma agora, a SINAPI de outubro de 2016. Então obras públicas elas não podem sair sem ser neste sistema. Mas nada impede que a execução no município possa sim, ser num valor menor.

Então a gente tem quase 70/80 mil em cima de cada planta, uma porcentagem de 30% deste valor que é deste BDI, então é isto a alteração que a gente vai ter de valores. Obrigada

O SR. EDUARDO DANTAS - Dando continuidade. Qual que é o nosso público alvo? O principal público alvo do SUSAF são os municípios e os consortes intermunicipais através da equivalência do sistema de inspeção.

O SUSAF também vai atuar em cima da produção da população da agricultura familiar em 313 mil habitantes, ele vai também possibilitar que 104 família de agricultores familiares possam produzir e processar seus produtos.

O SUSAF também vai atingir 752 projetos fundiários, dentre eles 217 assentamentos do Banco da Terra e créditos fundiários, 122 assentamentos do INTERMAT e 413 assentamentos do INCRA.

Bom aqui é um estudo...S/drm

1124au22.drm

O SR. EDUARDO DANTAS -...quatrocentos e treze assentamentos do INCRA. Bom aqui é estudo feito em dezesseis municípios da região norte, em cento três agroindústria, esse estudo foi feito para mostrar as informalidades que ainda existe no Estado, cento três agroindústria dessa região 35% ela são formais, 63% elas estão ainda na informalidade.

Essa situação do Estado de Mato Grosso contra o sistema de inspeção municipal existe no Estado, são dados do INDEA, onde quarenta nove municípios já criaram seu sistema de inspeção municipal. Dezesseis possui sistema, mas eles não são regulamentados por decretos e a realidade que setenta seis municípios do Estado ainda não possuem sistema de inspeção municipal.

Isso são algumas imagens para mostrar os informais que ainda ocorre no Estado, são informais de abate, aqui são farinheiras, aqui é um perigo para o meio ambiente, e aqui é uma fabrica de mussarela informal também é bem comum aqui no Estado de Mato Grosso.

Expectativa com SUSAF? A expectativa com SUSAF é a legalização do informais, viabilizando comercio e seu produtos no mercado comum institucional. Também temos a expectativa de inclusão produtiva, qual a inclusão produtiva? Tirar esses agricultores familiares da informalidade, trazer ele para legalização, vai aumentar arrecadação do município, vai aumentar arrecadação do produtor, vai agregar valor a uma produção regional e também vai regularizar o trabalhador na agroindústria familiar sua inserção no mercado.

Outras expectativas é a verticalização do produto, pois esse produtor de leite por exemplos, ele vai poder produtor, ou seja, o leite dentro da sua propriedade, vai agregar valor, vai gerar emprego e renda para esse produtor, vai diversificar a produção, vai melhorar a qualidade de vida desse produtor e vai fixar o jovem no campo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Qual foi o arcabouço legal usado pelo grupo. O SUSAF ele vai garantir isenção de taxa institucionais, taxa de visita técnica do INDEA, da Secretaria de Saúde, da licença ambiental da SEMA, taxa SEFAZ que estão estudos para também serem exoneradas.

O SUSAF vai fazer a descentralização das licenças ambientais para o limites, obedecendo os limites obviamente de produção estabelecida na tabela, existem ainda municípios no Estado que ainda não estão descentralizados...s/lcb...

1124au23.lcb

O SR. EDUARDO DANTAS -...de produção estabelecida na tabela. Existem ainda municípios no Estado que ainda não estão descentralizados e vai viabilizar o SIM, pois para aderir ao SUSAF o Município precisa ter o seu serviço de inspeção formalizado.

E um outro arcabouço legal, principal, é a permissão da comercialização no âmbito estadual através do reconhecimento de sua equivalência com o SISE, Serviço de Inspeção Sanitária Estadual e com a VISA, Vigilância Sanitária Estadual.

Esse aqui é o detalhamento da logomarca, os conceitos nortearam a criação da logomarca foi a certificação sanitária, a inclusão social, a comercialização, a abrangência, a força do Estado e a promoção da saúde.

E aqui é o selo SUSAF que já foi criado, nós temos um slogan que é a certificação certificando sua produção que também norteado por inclusão, comercialização, valorização, permissão do trânsito além do município produtor e promoção da saúde.

Aqui enfatizando mais uma vez todo grupo envolvido no trabalho do SUSAF, a AMM, o INDEA, a EMPAER, o Ministério da Agricultura que entrou como colaborador e as secretarias do Estado de Mato Grosso, SEFAZ, SEAF, Desenvolvimento Regional, Saúde e SEMA.

E aqui tem uma mensagem que o grupo quer deixar, resolver gargalos e barreiras para estimular e apoiar o desenvolvimento das agroindústrias significam também fazê-las para formalidade com a inclusão no circuito comercial, institucional e privado, com desdobramento positivos para dinamizar as economias locais gerando oportunidade de trabalho e renda aos agricultores familiares e maior produção de alimento sustentáveis e saudáveis.

Grupo de Trabalho SUSAF.

O grupo pediu para passar uma mensagem para o Deputado Zé Domingos Fraga, se há possibilidade de enviar uma Emenda Parlamentar: Adequação de quatro itens da tabela de volumes que tiveram erro de digitação.

Gostaria também de apresentar a algumas pessoas do grupo que estão aqui, Ueler que é o Secretário Executivo, Dr^a Fernanda, Coordenadora do CISPOA do INDEA; a Vanessa e a Natasha que são engenheiras agrônomas arquitetas da AMM; o André, Arquiteta da AMM; Angela, Veterinária da SEAF; Dorilêo, Superintendente da SEAF; Corgésio, Secretário Adjunto; e o Secretário Suelme também colaborou bastante com os nossos trabalhos; Dr. Paulo Bilego foi um excelente colaborador para o nosso SUSAF...

...s/asg...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

1124au24.asg

O SR. EDUARDO DANTAS -...foi um excelente colaborador para o nosso SUSAF. Ele quemalaria aqui. Infelizmente, ele passou para mim! (RISOS)

Eu agradeço a presença de todos.

Era isso o que tínhamos para passar para vocês.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Eduardo, pela sua participação. Eu quero te agradecer.

Ao mesmo tempo, quero agradecer ao Sr. Rubens Soares Ribeiro, Presidente da Cooperativa de Seringueiros do Município de Itiquira. Muito obrigado, Rubens, pela sua presença.

Eu não sei se o Deputado Dilmar Dal Bosco quer falar alguma coisa. Mas nós dois temos alguma coisa em comum, nós já entendemos que temos que buscar aquele avanço que tivemos no passado com relação à isenção do ICMS também dentro dessa volumetria. Nós entendemos que devemos melhorar alguma volumetria, por mais que tem erro de digitação em alguns itens.

Eu também não posso aceitar, Deputado Dilmar Dal Bosco... Quando eu fui Secretário de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar a própria Secretaria, mesmo com dinheiro de financiamento a fundo perdido do PRODESA não conseguiu implantar dezenas de bases, bases físicas de produtos de origem vegetal. Não estou falando nem animal que é muito mais complexo onde a maioria dos processos licitatórios foram inexequíveis, estão lá hoje para todos verem as caveiras das obras da base física que não foram concluídas.

Eu sempre condenei que nós tínhamos que buscar alternativas dentro da legislação para simplificar essas bases físicas para que possamos dentro da população oportunizar o produtor a agregar valor. Agregar valor da porteira para fora, da porteira para dentro, através da agroindústria, através da certificação dos seus produtos de origem animal e vegetal, mas dentro de uma simplificação.

O custo para produzir farinha de três mil e seiscentos reais o metro quadrado. Três mil e seiscentos reais o metro quadrado! Estão falando de farinha! Não estou de peixe, de frango, de queijo, não estou falando de nada. Farinheira! Mas tudo bem, depois nós vamos para essa discussão, com certeza.

Passo a palavra ao Sr. Rodrigo Olegário Ferreira, Médico Veterinário, Sanitarista, Consultor Técnico de Políticas Públicas e especialista em Higiene e Inspeção de Produto de Origem Animal e Vegetal.

O senhor tem o prazo de quinze minutos. Até se for necessário fazer um contraponto para fazer uma discussão, com certeza, nós faremos.

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA - Primeiramente, boa tarde a todos.

Inicialmente, eu quero fazer o agradecimento pelo convite. É uma satisfação muito imensa sair do Estado do Mato Grosso do Sul e vir até o Estado de Mato Grosso para abordar esse assunto...s/dmm

1124au25.dmm

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA -...vir até o Estado de Mato Grosso para abordar esse assunto, principalmente em uma Audiência Pública onde eu sei que o assunto tem uma relevância muito grande não só aqui neste Estado, como também em outros Estados que temos passado por este País.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Eu quero agradecer o Governo do Estado, ao Deputado Zé Domingos Fraga, que externou esse convite para mim, a partir do momento em que nós conversamos.

Quero deixar bem claro que eu vim até aqui com objetivo de somar, com objetivo de trazer, talvez, algumas alternativas, mas alternativas que venham somar com o que foi apresentado aqui.

Nós temos vivenciado a situação da agricultura familiar hoje, no Brasil, como consultor técnico, e temos visto que o agricultor familiar passa por uma dificuldade muito grande para poder fechar essa cadeia tão importante da comercialização dos seus produtos, que começa com a produção que eles sabem produzir muito bem, mas na hora de chegar a comercialização muitas vezes esbarra nas questões sanitárias.

Nós sabemos que o que nós temos hoje em nível nacional são legislações que atendem não o pequeno produtor, atendem, sim - desculpe-me falar aqui -, os grandes empresários da indústria de alimentos. E essa mudança, de alguma forma, nós temos que fazer.

Como foi falado aqui por representantes da Mesa, nós não podemos aceitar essa equivalência de equidade na questão de legislação sanitária para um pequeno e um grande em termos de exigências. Sabemos que nós temos que seguir, eu sou técnico nessa área, como médico veterinário, nós temos que respeitar a questão da legislação sanitária, mas não podemos também aceitar que uma legislação totalmente voltada para a indústria de alimentos, grandes empresários, sirva da mesma forma para o pequeno. Então, o nosso objetivo é esse.

Depois dessa apresentação do Dr. Eduardo, eu quero aproveitar e parabenizar essa equipe de trabalho que vocês formaram, porque não é fácil discutir essa questão da legislação sanitária para produto de origem animal, ainda mais em nível estadual quando têm várias instituições que trabalham diretamente e que têm a sua legislação própria, talvez específica...

...S/CAC

1124au026.cac

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA - ...diretamente e que têm a sua legislação própria, talvez específica sobre de alguma forma ligada a essa produção, seja ela meio ambiente, seja ela de órgãos sanitários, se torna difícil, mas vocês conseguiram formalizar um grupo de trabalho e foi apresentado dois anos de trabalho para chegar no que vocês apresentaram aqui.

Então, eu quero parabenizar porque nós temos visto e acompanhado por meio de alguns Estados onde esse trabalho simplesmente parou, devido aos desentendimentos ocorridos nesses grupos de trabalho. E aqui vocês conseguiram chegar de alguma forma a um denominador comum e ficou bem explicado aqui pelo doutor a questão voltada ao objetivo principal de tentar atender vocês, pequenos produtores na questão dos produtos de origem animal e vegetal. Na questão principalmente facilitando a questão de comercialização desses produtos de alguma forma para vocês. Mas o que me deixa muito preocupado e por isso que estamos aqui para tentar somar a esse trabalho de alguma forma se tiver algumas sugestões, se assim for possível, e vocês acharem que convém, porque o que temos visto hoje em nível de Brasil e é uma luta, eu acho que é um bom começo, é uma preocupação na questão de produtos de origem animal e vegetal. E já deu grandes avanços, porque se você for pegar a lei que é utilizada desde o RIISPOA - Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, que foi desde 1950, voltado para produtos de origem animal e essa hoje que temos que o Ministério da Agricultura e que idealizou, que é o SUASA (Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária)/SISBI (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal), teve grandes avanços, porque eles começaram a olhar de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016, MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

alguma forma a agricultura familiar para a agricultura familiar na questão de produção de produtos de origem animal. Só que, somente essa lei se você for ver como ela está sendo solicitada essa equivalência, como foi citada aqui pelo Dr. Eduardo e por isso todo o esforço de se montar o SUSAF para futuramente conseguir uma equivalência junto ao SUASA/SISBI ao Ministério da Agricultura para produto de origem animal todo esforço acaba tendo um pouco de dificuldade de ser realizado porque eu já vi que alguns produtores na hora em que viram a apresentação, disseram: “Nossa mãe! Isso é caro, é difícil!”. Mas é a realidade que tem hoje na questão de produtos de origem animal e vegetal até a criação que nós falamos do Ministério por meio do SUASA/SISBI, só que devido a uma grande preocupação, mobilização que nós falamos principalmente, da classe do pequeno produtor,...

s/cms

1124au027.cms

O SR. RODRIGO //// - ...principalmente, da classe do pequeno produtor, associação de municípios nacional em nível de Brasil, e também as associações de municípios em nível de estado, houve uma pressão muito forte após analisar a questão da legislação do SUASA/SISBI que precisava de algo a mais e aí veio a questão, como foi citado aqui, como amparo legal, a questão da Instrução Normativa nº 16, que foi em 2015, voltada especificamente para a questão da agroindústria familiar e o SUSAF daqui também está embasado nessa instrução normativa.

Agora, o que eu quero apresentar para vocês, foi um projeto idealizado em Maracaju, como foi citado, a equipe técnica esteve lá, onde tivemos toda nossa equipe quando eu era Coordenador do Serviço de Inspeção Municipal, a ideia de facilitar de alguma forma para esse pequeno produtor, isso em 1997, para os senhores terem uma ideia e não existia SUASA/SISBI, instrução normativa. Por quê? Porque o pequeno produtor, como eu falei, estava tendo dificuldade para comercializar o seu produto.

Outra coisa, não existia nenhuma lei, em nível de Brasil, específica para produção artesanal de alimento da agricultura familiar. Por que é que eu falo isso? Porque quando se trata de produtos alimentícios sabemos que o produtor que está lá no campo, ele não produz somente o produto de origem animal ou vegetal, pode ser uma grande parcela. Mas, sabemos que para gerar emprego e renda há uma necessidade muito grande também de comercializar outros produtos que não são de origem animal e vegetal.

Dessa forma colocamos uma legislação específica no município para questão de comercialização de produtos artesanais e não produtos industrializados. Industrializados que falamos, voltados para essa questão de produtos da indústria de alimentos. Para isso vieram algumas definições nessa lei, nesse decreto, específico para saber o que é produto artesanal, o que é uma agroindústria familiar, que houve também instrução normativa e já define, para poder delimitar esse produtor, esse pequeno produtor como sendo um produtor artesanal.

Eu irei passar para os senhores um vídeo, são quatro minutos, sobre esse programa de Maracaju, depois farei o comentário final, de fechamento, com as ideias que podemos propor para este grupo de trabalho e para vocês que, talvez, venha somar para ajudar não só a questão da produção de produtos de origem animal...

...s/tmr...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTOS SEM REVISÃO)

1124au28.tmr

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA - ... para ajudar não só a questão da produção de produtos de origem animal e vegetal, como também outros produtos que são produzidos pela agricultura familiar.

Então, eu vou passar o vídeo para vocês terem um pouco de conhecimento qual o objetivo desse programa.

(O VÍDEO É EXECUTADO)

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA - Então, pessoal, essa foi experiência nossa lá em Maracaju que está servindo hoje de modelo para outros municípios.

Como nós falamos, nós ficamos preocupados, porque nós acreditamos muito no crescimento do produtor. E quando ele participa, e vemos esses testemunhos, nós ficamos pensando: E agora, ele vai parar aqui no município, ele não vai ter outra oportunidade de crescimento? Ele não vai poder comercializar, além município? E daí isso fez com que lançasse um grande desafio para mim.

A partir do momento que eu fui convidado pelo SEBRAE para nós mostrarmos mais esse programa em nível de Brasil, nós começamos nos preocupar, porque vários municípios tomaram a iniciativa de implantar, através de lei e de decreto.

E com isso nós ficamos preocupados com o crescimento, porque os produtores, através dessa equipe que está à frente do programa e também das diretrizes do programa, que ele é bem menos burocrático, acaba fazendo com que esses produtores com o tempo até invistam mais como vocês viram alguns exemplos de produtores que começaram a produzir pequeno, e hoje já tem a sua agroindústria. Mas se não tivesse dado essa oportunidade para eles talvez eles não estariam, onde eles estão hoje, com essa agroindústria.

Então, pensando nisso, a partir do momento em que eu me afastei da Prefeitura com esse desafio de levar essa proposta para mais municípios, nós também começamos a pensar, eu comecei a pensar um pouco mais o que fazer para que talvez uma lei específica para produtos alimentícios artesanais se tornasse uma lei estadual. E não mais só em nível municipal. E aí embasado toda a metodologia que foi em experiência .../nns

1124au29.nns

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO - ... que foi em experiência de mais de dez anos, 97, há vinte anos, bem dizer desse Programa implantado e sofrendo as adequações que foram sofrendo nesse tempo até hoje e continua lá com a equipe técnica que fazíamos parte.

Hoje eles continuam tocando esse Programa lá, resolvi talvez ter alguma iniciativa de idealizador um Programa a nível de Estado.

Quando começou essa idealização, deparamos, vimos justamente que alguns produtores tinham um produto de origem animal e seus derivados, como vocês viram ali, até o doce

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016, MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

de leite hoje tem essa dificuldade porque ele é considerado um produto de origem animal ainda até por ter o leite.

Fica difícil a questão da certificação dele, até porque tem que seguir as legislações que são voltadas para produtos de origem animal, como foi passado aqui, pela equipe técnica que trabalhou em cima desse Projeto.

O que é que fizemos? Comecei a observar, falei assim: - Vamos criar uma legislação específica estadual para produtos alimentícios artesanais. Todos os outros produtos que não seja de origem animal, vamos idealizar uma certificação para esses produtos.

Assim foi lançada essa proposta, não só, já tem alguns Estados que têm nos procurado, fora os municípios que estão implantando individualmente a questão municipal, como aqui no Estado de vocês, em Pontes e Lacerda que vamos agora, dia 2 de dezembro, fazer o lançamento tanto desse Programa como também do SIM (Serviço de Inspeção Municipal).

Com esta proposta, o Deputado conhecendo, chamou-me e perguntou se tinha uma forma de olhar, justamente o que vocês tinham, o que esse grupo de trabalho tinha elaborado e ver se tinha alguma forma de dar uma ideia para acrescentar essa questão dos outros produtos que não são de origem animal, especificamente produtos de produção artesanal.

Foi lançado esse desafio porque quando conversei com o Deputado e com assessores dele, deixei bem claro que tecnicamente o que vocês estavam aqui no Projeto SUSAF, o foco de vocês era questão de produtos de origem animal e vegetal.

Os outros alimentos não poderiam entrar talvez nesta Legislação do jeito que estava e até mesmo porque quando... se lá na frente o Ministério da Agricultura, o Estado pedir para o Ministério da Agricultura a equivalência dos serviços para liberar algumas agroindústrias que estejam no SUSAF para que ela possa comercializar a nível de Brasil. Eles vão fazer o quê? A análise da legislação do SUSAF para ver se existe equivalência dos serviços.

Uma das etapas é essa, o representante do Ministério vem, vai auditar...

S/ rof

1124au030.rof

O SR. ROGRIGO OLEGARIO FERREIRA - ...uma das etapas é esta, o representante do Ministério vem, vai auditar o Estado, principalmente as legislações e as agroindústrias que estão cadastradas e os serviços se tem equivalência ou não para sofrer esta equivalência, receber esta equivalência e poder tocar o acompanhamento destas agroindústrias que estão em nível de Estado para poder comercializar em nível de Brasil.

Então senhores, eu falei para o Deputado, o senhor me passa uma cópia, porque eu não tinha ainda, eu sabia que os senhores estavam trabalhando neste sentido, mas eu não tinha ainda uma cópia do produto final dos senhores, deste grupo de trabalho e analisando depois que ele me passou esta questão, ele até me falou que faria esta Audiência Pública, eu falei que poderíamos fazer algumas sugestões e que ficaria a cargo dos senhores analisarem aqui se consegue ficar o SUSAF, esse como o Deputado falou, não criar uma outra legislação para produtos artesanais, mas colocar dentro do SUSAF a questão mais voltada para agricultura familiar e produtos artesanais, criar artigos separados, a questão de produtos de origem animal que os senhores idealizaram continua, mas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016, MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

acrescenta isto aí para ter este benefício, só que eu deixei bem claro para a equipe técnica e para o Deputado, quando lá na frente se caso os senhores procurarem a equivalência com a questão do Ministério da Agricultura no SUASA/SISB vai ter que ter o que? Provavelmente eles pedirão o desmembramento, ou seja, lei específica para a questão de produção artesanal e outra para produto de origem animal, quando forem buscar equivalência nacional, provavelmente, tenho acompanhado alguns Estados e normalmente o Ministério pede que seja feita uma lei específica só para produtos de origem animal e vegetal.

Pensando nisso, eu me propus e fiz uma proposta que está a disposição dos senhores, para talvez ser acrescentado dentro da proposta que os senhores tem hoje de SUSAF, onde vai continuar com o mesmo nome, não vai mudar nada, só que como os senhores sabem, os técnicos sabem, dentro do SUSAF ou dentro do SUASA/SISB existe o SUASA e existe o SISB que é um componente dentro do SUASA. Dentro do SUASA tem quatro divisões específicas para produtos de origem animal, para produto vegetal, o que eu propus talvez como ideia para os senhores aqui, que dentro do SUSAF, esta questão...S/drm

1124au31.drm

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA -... para os senhores aqui, que dentro do SUSAF esta questão que vocês trabalharam, a questão de origem animal permanece, com um nome de sistema, ou seja, esse sistema vai fazer parte do SUSAF normal, com equipe que vocês tem aí para trabalhar de técnicos para produtos de origem animal, seguindo as regulamentações que vocês estão estudando, fazendo papara provavelmente regulamentar questão de produtor de origem animal e vegetal, só que eu peço, e seu que vocês tem essa sensibilidade de observa muito bem a questão de instrução normativa 16/2015, porque instrução normatiza 16/2015, ela foi feita, se vocês pegarem e lerem ela quem quiser ter acesso, a instrução normativa 12/2015 do MAPA ela foi feito com objetivo de ajudar agricultura familiar principalmente na comercialização de produtos animal.

Logicamente ela tem ainda suas regulamentações e tem alguns artigos que estão até querendo derrubar que traz beneficio sim para agricultura familiar e aí está uma briga dos grande contra os pequenos e da questão técnica também.

Mas o que eu quero, essa briga técnica vocês me desculpam mas os técnicos aqui, quero que vocês também vestisse um pouco mais a camisa da agricultura familiar e olhasse para eles da seguinte forma. Na ora quem for discutir, nós sabemos que existe essas legislações federais, só o que acontece, hoje a instrução normatiza 16 ela saiu um pouco do foco da estrutura física que é um custo alto para questão de construção e começou olhar um pouco mais para questão do processo de produção analisando os risco.

O que é analisar os riscos? É você durante o processo de produção um espaço pequeno se naquele processo de produção não tiver risco ou se o risco for baixo ou médio risco, você pode liberar uma agroindústria para o pequeno produtor.

Então, quando vocês forem trabalhar questão normativa para colocar a regulamentação, por favor, nós estamos a disposição, vamos olhar com bons olhos essa questão da analise de risco e olhar para agricultura familiar, para regulamentação questão de produtor de origem animal, se não vai continuar tendendo as dificuldades.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTOS SEM REVISÃO)

Para os senhores terem uma ideia, existe um artigo que fala, hoje o custo, eu sou médico veterinário, estou sendo criticado, mas hoje o custo para você manter um médico veterinário responsável técnico, pelo menos um salário mínimo, ninguém vai cobrar menos do que isso...s/lcb...

1124au32.lcb

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA -...pelo menos um salário mínimo, ninguém vai cobrar menos que isso. E nessa legislação eles falam, eles colocam como proposta a questão de os técnicos, eu sei que talvez vai dar mais trabalho, os técnicos a nível de município, a nível de Estado, eles serem cedidos como responsáveis técnicos, principalmente do Estado para essas agroindústrias para estar desenvolvendo esse trabalho. É uma coisa que está em discussão, não sei se passa, é difícil, mas diminui o custo. Outra coisa, tem vários itens que vem de encontro com o benefício de vocês. Outro também é a questão de poder construir em anexo a sua propriedade, não tem mais aquela questão de distância. Então, é uma coisa que tem que ser analisado muito bem porque o tamanho da agroindústria, pé direito, pé esquerdo. Então, isso aí tem um custo elevado, e nós podemos rever isso na questão de produtos de origem animal. Mas o que é mais importante que eu vejo é desenvolver uma legislação estadual para produção de produtos artesanais da agricultura familiar, porque tem muitos produtores e produtoras que estão aí que estão tendo que seguir a legislação de indústrias para poder comercializar o seu pão.

Quero deixar bem claro aqui que já existe algumas legislações, principalmente pela ANVISA-Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que isenta alguns produtos de registros. E através de uma avaliação de risco que é feito essa análise. Só que o que acontece? Essa questão da... O que vai acontecer quando você consegue essa liberação da ANVISA? São alguns produtos e você terá lá o número do alvará sanitário e vai colocar no rótulo de vocês. Agora, vocês imaginam um programa igual o SUSAF para o Estado, a representatividade de um selo igual vocês apresentaram, estão de parabéns o modelo que foi apresentado aqui, colocando como sendo um produto exclusivo da agricultura familiar e que estará sendo demonstrado através daquele selo.

Então, tem uma diferença em você colocar um número do alvará sanitário e você conseguir talvez colocar um selo igual foi demonstrado aqui.

Eu tenho certeza que talvez juntando tudo isso aí, sem desmerecer a questão das ações que já estão hoje em curso, tanto a nível federal como a nível de Estado, é possível unir as duas coisas.

E outra coisa que eu vejo que é importante aqui, deixar bem claro para vocês que nós não podemos ter conflitos principalmente técnico de ações de fiscalização.

A pior coisa que tem hoje para um produtor ou um empresário de agroindústria é ele chegar lá e ter cinco...

...s/asg...

1124au33.asg

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016, MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA -...a pior coisa que se tem hoje para o produtor ou o empresário de agroindústria é ele chegar lá e ter cinco órgãos fiscalizando ele e chegar lá, cada um falando uma coisa diferente ou entrando em contradição.

Então, nós temos que deixar bem claro, eu sei que isso será regulamentado através de Decreto e tudo, a questão de como que será feito no SUSAF a ação dos fiscais de vigilância sanitária do Estado, a questão dos municípios das vigilâncias sanitárias, como que será a atuação.

A questão do Serviço de Inspeção Municipal, a questão dos técnicos do Serviço de Inspeção Estadual. Eles voltam lá? Eles vão fiscalizar? Ou será o município? Então, isso tem que deixar bem claro para que não haja conflitos porque, na verdade, hoje, Serviço de Inspeção Estadual ou Federal ou Municipal, os técnicos estão hoje habilitados para fiscalizar produtos de origem animal e vegetal. Os outros alimentos, quem fiscaliza, é a Vigilância Sanitária ou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária ou a Vigilância Sanitária Estadual.

Lembrando que tem um diferencial e isso está bem claro, apesar de ter conflitos ainda. Vigilância Sanitária tanto municipal, estadual ou nacional age onde? No comércio atacadista e varejista, direto na fiscalização no comércio.

E o Serviço de Inspeção, seja estadual, municipal ou federal de origem animal e vegetal? Agem na indústria, liberando o processo dentro da indústria até chegar ao comércio local. E nós não podemos fazer esse conflito de ações entre esses dois órgãos. Os dois órgãos são importantes estarem presentes, participando. Eu acho muito interessante essa integração, mas nós temos que tomar esse cuidado.

Se tiver essa integração, como foi apresentado aqui, dessa equipe de trabalho pelo trabalho do SUSAF eu acho que tem como trabalhar a vigilância sanitária e também a questão dos órgãos de fiscalização aqui da questão do produto de origem animal, principalmente a questão que seria Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria de Agricultura Familiar... Com seus técnicos, vamos pegar cada técnico, talvez, e vamos delimitar. Cada um terá a sua função para liberar a questão dessa certificação do SUSAF.

No município, achei muito importante o levantamento do Dr. Eduardo. Não é a realidade, Dr. Eduardo, só daqui do Estado de Mato Grosso. Infelizmente, e aqui quero pedir a contribuição...s/dmm

1124au34.dmm

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA -... Infelizmente, e aqui eu quero pedir a contribuição do representante do Consórcio Intermunicipal, eu estive conversando com o Presidente Nacional dos Consórcios Intermunicipais e ele deixou bem claro que há uma preocupação muito grande em apoiar essa iniciativa de estruturação do SIM, Serviço de Inspeção Municipal de Origem Animal. Por quê? Porque não tem como hoje você fazer uma ação para que esse produtor que está no Município possa passar para vender o seu produto em nível estadual se não tiver a base pronta. A base pronta é o município com a Vigilância Sanitária estruturada e também o Serviço de Inspeção estruturado. Não adianta passar essa competência para o Estado, o Estado vai ser responsável em participar? Vai, mas principalmente dando toda estruturação para que esse grupo lá do município possa desenvolver suas ações de forma equivalente. Aí, tudo bem.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Então, têm vários representantes aqui e o meu apelo é o seguinte: cada um, de alguma forma, lute pelo Serviço de Inspeção Municipal, seja via consórcio, a partir de 2017 possa se estruturar nos municípios do Estado de Mato Grosso. Não vai adiantar ter SUSAF se não tiver Serviço de Inspeção Municipal estruturado. Então, isso é prioridade e eu conto com o apoio de vocês que têm uma responsabilidade, têm Secretários aqui, futuros Secretários, futuros Prefeitos que preocupem um pouco mais, porque isso é questão de saúde pública. Nós estamos ajudando a agricultura familiar? Estamos, mas também temos que ver que é questão de saúde pública. Nós consumimos alimento e queremos consumir alimentos com qualidade, que não coloquem em risco a nossa saúde.

Para finalizar, eu fiz uma apresentação ali, mas eu achei melhor verbalmente falar para vocês tudo isso que eu estou falando, e colocar à disposição a minha pessoa, caso tenham interesse em fazer essa junção de estar ajudando principalmente esse grupo de estudo que ficou dois anos trabalhando em cima disso, pelo menos para vermos a viabilidade dessa forma ou de outra forma, mas para preocuparmos um pouco mais com os pequenos produtores que estão lá no campo produzindo não só produto de origem animal, mas outros alimentos também, para que eles possam comercializar de uma forma legal para gerar renda e, principalmente gerar emprego e inclusão social.

Gente, muito obrigado por esta oportunidade, quem precisar de alguma coisa, estou à disposição, deixo aqui o meu contato.

Mais uma vez eu quero agradecer toda essa Mesa participante e estou à disposição a perguntas após à finalização do meu pronunciamento. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Muito obrigado, Dr. Rodrigo...
...S/CAC

1124au035.cac

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Muito obrigado, Dr. Rodrigo, quero registrar a presença do Prefeito do Município de Torixoréu, Rafael Sá. Muito obrigado pela presença.

Antes de iniciarmos os nossos debates, eu quero registrar a presença do meu amigo Mazzoco, seja bem vindo a esta plenária, Sr. Mazzoco! Sei que o senhor participará muito, porque o senhor produzia muito produtos de origem animal aqui em Mato Grosso.

E antes de passarmos aos inscritos, eu quero mais uma vez dizer que esta audiência pública foi feita para vocês, quem queira participar procure o nosso Cerimonial para que se possa ter uma participação efetiva. Mas antes eu quero fazer uma pergunta ao Sr. Rodrigo e também que uma parte dessa pergunta seja extensiva ao grupo de trabalho. O Sr. Rodrigo falou muito em oportunidade que foi dada aos pequenos produtores em Mato Grosso do Sul, oportunidade pelo que nós percebemos, quando os mesmos passaram a agregar valor, nos produtos sejam de origem animal ou de origem vegetal, além da motivação que foi implementada, Sr. Rodrigo, não só pela empresa de assistência técnica, mas pela própria Prefeitura, tem a questão da capacitação que é fundamental, eu pergunto ao senhor por que eu vi a base física da agroindústria que está produzindo doce é bem simplória. Houve também essa oportunidade para que eles pudessem produzir, agregar valor por meio de base física mais rústica, mais simplificada? E se isso foi uma negociação feita com os órgãos de fiscalização tanto municipal quanto estadual, seja a vigilância sanitária, seja o próprio órgão de defesa animal ou vegetal do Estado de Mato Grosso do Sul?

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA - Bom, Deputado Zé Domingos Fraga, eu quero falar a Vossa Excelência, como eu expliquei, isso daí foi idealizado em cima de uma

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016, MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

necessidade que foi levantada. Na época eu era coordenado da Vigilância Sanitária do Município de Maracajú, e como órgão fiscalizador nós tínhamos que acabar atuando naqueles produtores que vendiam os seus produtos de porta em porta. E eu sempre devido a minha... eu falo assim, de onde vim foi do campo. Então, a minha família sempre...

s/cms

1124au036.cms

O SR. RODRIGO //// - ...eu falo assim, de onde vim foi do campo. Então, a minha família sempre produziu produtos artesanais, eu sempre consumi esses produtos. Depois eu, como técnico, Coordenador da Vigilância Sanitária, ter que tomar uma iniciativa de apreender produtos desses produtores que faziam a mesma coisa que o meu pai, minha mãe e minha família fazia, isso doía muito o meu coração. Eu tive que tomar uma iniciativa de alguma forma sem perder o parâmetro técnico de criar algo nesse sentido para que viabilizasse a legalidade da comercialização desses produtos.

Então, Deputado, no início foi um acordo municipal onde eu já era o coordenador da Vigilância Sanitária Municipal, o prefeito gostou da ideia na época, também em nível de município os outros órgãos que faziam parte, como eu falei aqui, com alguma legislação que tinha ligação direta com a questão de alimentos, eles também vieram junto conosco e compraram a ideia, vamos falar assim. Mas, Deputado, isso na época era questão municipal, como o senhor mesmo sabe, podemos legislar em nível de município desde que não entre em conflito com as legislações maiores, que são legislações estaduais ou nacionais.

Na época, nenhum órgão do Estado veio questionar esse programa. Só para os senhores terem uma ideia, isso quando foi idealizado, em 2010, 2011 ou 2012, tivemos uma ação no estado do IAGRO que é o mesmo do INDEA em Mato Grosso, onde eles trabalharam no estado todo devido a questão deles fazerem, eles estavam com a intenção da equivalência na questão do SUASA/SISBI em nível de estado e tem as ações educativas e punitivas que têm que ser desenvolvidas pela equipe que faz parte do Estado e também do município, isso preza na lei. Daí eles começam a fiscalizar o Estado todo, a questão da comercialização de produtos de origem animal.

Para os senhores terem uma ideia, quando eles chegaram ao meu município, os senhores querendo podem ir ao meu município e perguntar para os produtores, eu simplesmente pedi para os técnicos desse órgão de fiscalização, se eles conheciam a questão da lei que existia no município. Falei para eles que além dessa lei tinha também uma lei que é um produto tradicional lá, que é a linguça de Maracaju, onde criamos uma certificação do produto artesanal com um selo.

Nós mostramos para eles os princípios dessa lei, para esses técnicos, os senhores podem perguntar para os empresários que foram fiscalizados, os fiscais do estado chegavam no empreendimento...

...s/tmr...

1124au37.tmr

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016, MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA - chegavam ao empreendimento olhavam, os fiscais do Estado, o que tinham o selo no produto, eles olhavam para nós, porque eu estava acompanhando, e falavam: “Rodrigo, isso é do programa?” É. E ele não aprendia o produto.

Então, eu vejo, Deputado. É difícil chegar num consenso para uma legislação estadual, onde tem vários órgãos fazendo parte, sim. Mas hoje nós temos alguns princípios que norteiam a questão da sanidade animal, e também da sanidade de alimentos, que são princípios, na questão de alimentos, principalmente, que não precisam ficar focados só na questão de estrutura física. Por isso eu volto a falar que Vossa Excelência falou daquela pequena estrutura física lá. Aquela pequena estrutura física nós construímos o croqui e passamos para aquele produtor, porque nós tínhamos certeza que o foco do programa quando foi realizado, era o quê? Análise dos riscos.

E para analisar risco o produtor ele tem que conhecer a questão de boas práticas. Então, lá vocês viram que obrigado o produtor fazer parte de um curso de boas práticas e também conhecer os riscos que têm durante o processo de produção do produto dele para que não venha contaminar. E foi assim que nós trabalhamos, Deputado. Todas as agroindústrias, projetos que foram construídos foram projetos pequenos, mas onde nos preocupamos com a questão da inocuidade do produto, através da observação do riscos, obedecendo fluxo de produção para que não haja contaminação do produto.

Então, foi dessa forma, Deputado. E eu acredito que tem como nós talvez, através de boas conversas com esses órgãos, tentarmos idealizar, como já estão fazendo algumas plantas, mas focado na questão de risco da produção desses produtos para talvez diminuir o custo para que esse pequeno produtor possa ter acesso mais fácil na questão da comercialização do seu produto, Deputado. Eu não se eu respondi, mas ...

E hoje nós estamos seguindo em nível nacional, os municípios que têm solicitado nós estamos colocando em prática essa metodologia da lei para que se observe, não mais tanto a questão da estrutura física, mas, sim, os riscos de contaminação avaliando cada produto, conforme o risco que tem durante o processo de produção. Então, é mais uma questão de técnica de mudar um pouco a visão e implantar isso dentro de uma lei, sem perder os princípios sanitários, que vão nortear para que esse produto não venha a ter um risco de contaminação.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Eu quero fazer mais uma pergunta.

Mas antes de fazer, eu não aguento ver a cara do Gauchinho .../nns

1124au38.nns

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - ... mas antes de fazer, não aguento mais ver a cara do Gauchinho aqui, estou doido para ficar livre dele. Queria convidar o Gauchinho para que ele pudesse fazer suas intervenções até porque ele está realizando um simpósio de repensar a nossa querida EMPAER, ele está com várias autoridades lá no Hotel Fazenda, dentre eles, o Senador da República, Zé Medeiros, que já se encontra no Hotel Fazenda.

Passo a palavra ao Gauchinho para que ele possa também contribuir, fazer os seus questionamentos, para que possamos, se for necessário, aperfeiçoar essa ferramenta.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. GILMAR BRUNETO - Muito obrigado Sr. Deputado Zé Domingos Fraga, quero parabenizar por esta iniciativa.

Esse assunto, já fizemos algumas audiências públicas aqui. Na hora que vi a planta, já vi que nasceu um morto, nasceu morto porque individualmente não acredito em nenhum pequeno agricultor conseguisse viabilizar só com a planta em 120, 130, então nasceu morto.

Temos um exemplo em Santo Antonio do Leverger, onde apoiamos um agricultor para ele se enquadrar no SISE, gastou muito, gastou bastante, está quase falindo porque não está conseguindo concorrer com aqueles que estão produzindo na clandestinidade.

Aquele que gastou está quebrando porque está concorrendo com aqueles que não estão legais, isso é preocupante. A hora que vi aquela planta, vim animado com este Projeto, Secretário Suelme, é um encaminhamento que daríamos neste seminário que estamos fazendo lá, mas assustei. Animei com seu encaminhamento aqui porque não dá. Hoje nasceu morto. A não ser, bom para o Estado não tem valor porque tem um monte de Estados que fizeram e acabaram abandonando.

Deputado fica essa preocupação que ele nasceu morto, a não ser que se façam adequações, pensei que ficava uns 50 mil, 60 mil, tudo bem. Agora, 120 mil, 130 mil, só as paredes, o telhado, o azulejo, sem equipamentos, sem o transporte, ele nasceu morto.

Lógico que temos a consciência que nenhum agricultor familiar hoje se sustenta individualmente, não se sustenta e a dificuldade que temos na EMPAER, no acesso rural, é fazer com que o agricultor entenda o papel da sociativismo.

Vim animado, confesso que volto, não estou culpando vocês, entendeu? Estou dizendo a questão econômica, a questão viável. Hoje a justiça, o Ministério Público, nessa semana que passou, fez um limpa nos mercados, foi na Feira do Porto, fechou um monte de alguém que estava comprando leite e queijo, não é? Fechou. (PALMAS)

Agora, não podemos também permitir, perdoem, estar operando na clandestinidade porque isso é saúde pública, é para o nosso bem...

S/ rof

1124au039.rof

O SR. GILMAR BRUNETO (GAUCHINHO) -...porque é saúde pública, isto é para o nosso bem. Porque se a gente não se legalizar não precisa o fiscal fechar, quem vai fechar o comércio nosso será o consumidor, ele vai sair fora desse. É uma questão, Deputado Zé Domingos, o senhor puxou um debate muito importante, agora ele tem que ser resolvido, confesso que vim animado e saio de cabeça baixa porque eu assustei, o equipamento é caro, tem que ter um carro com refrigeração não sei o que, aquela coisa toda, então tem outros fatores que além da instalação que precisam ser inseridos. Então saio triste.

Deputado me perdoe, nós temos que sair, estamos com um debate importante. Eu quero ao sair daqui agradecer o Deputado Zé Domingos, o senhor que sempre tem atendido nossas reivindicações pela vossa brilhante palestra que o senhor fez lá ontem, o pessoal da EMPAER esta animado e pela sua articulação da audiência com o Governador para que a EMPAER possa ter prédios, não neste preço, prédios mais baratos para os trabalhadores poderem trabalhar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016, MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Então fico aqui agradecido, convido o Deputado Valdir Barranco, o Deputado Zé Domingos, agora às 18 horas, se quiserem estar lá no encerramento, estará o Senador José Medeiros, parece que estará o Sr. Cidinho, estará o representante da Secretaria de Agricultura familiar, estamos buscando soluções para que a agricultura familiar de Mato Grosso não morra, nestas condições ela morre, ela desaparece, lá não consegue se sustentar.

Muito obrigado, que Deus abençoe o trabalho dos senhores. Não sou contra a equipe não, eu só me assustei com os preços.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado Gaúcho. Antes passar a palavra para a nossa arquiteta a equipe de Mato Grosso é terra fértil, até planta que tem /// não nasce morto não, nós vamos achar uma saída, até trigo aqui não morre mais.

Eu passo para arquiteta.

A SR.^a NATASHA DE CARVALHO LUIZ - eu quero só fazer uma colocação com relação a fala do colega. O que acontece pessoal? Nós podemos ter nos expressado mal, aqueles valores, aquelas plantas, como o Sr. Eduardo disse, para o ano de 2007 a Secretaria tem 3 milhões de reais para estar executando, aquela plantas serão executadas pela Secretaria de Agricultura, não é que o pequeno produtor tem que construir aquela planta, não é que aquela planta de 350 mil para o senhor aderir ao SUSAF, o senhor tenha que construir ela.

O que foi feito? Nós da AMM antes ate mesmo do SUSAF ser criado, no primeiro ano do Sr. Neurilan Fraga, fomos convocados para fazer um estudo sobre o PRODESA, como o Deputado Zé Domingos citou, o PRODESA foi um programa que foi feito em que a função era construir 52 bases físicas, é um projeto de 2008, então é um projeto de 10 anos, quase 10 anos atrás, na época uma base física de uma farinha, só vou dar um exemplo, ela tinha setenta metros quadrado, ela era construída com 40 mil. Então o que aconteceu? Destas 52 agroindústrias do PRODESA que Estado tinha dinheiro para fazer, hoje nós não temos nenhuma funcionando, destas 52 agroindústrias, 25 estão paralisadas a construção na metade, a gente tem 17 que estão concluídas e não foram entregues e o restante não chegou nem a começar a ser executada.

O que a AMM fez ele fez um estudo nestas agroindústrias, fez um levantamento in loco, por exemplo então farinha...S/drm

1124au40.drm

A SR.^a A SR.^a NATASHA DE CARVALHO LUIZ -...o que a AMM fez um estudo nestas agroindústrias, fez o levantamento *in loco*, por exemplo, nessa farinha, com valor para nós estarmos readequando essa farinha hoje setenta dois mil, então, se nós pegarmos setenta dois mil mais o cinquenta mil do projeto inicial ela estaria em cento e trinta mil, é uma reforma para eu adequar aquela farinha do PRODEZ de 2008, eu estaria gastando cento cinquenta a sessenta mil, essas agroindústrias que foram passadas, esses valores são o que? A SEAF solicitou, nós fizemos elaboração dos projetos, então esse recurso de três milhões para o ano de 2007, vai ser feito um estudo com consórcio, vai ser feito um estudo com prefeituras, até mesmo com Assembleia Legislativa, vai está sendo construída uma base física de cada tipologia de agroindústria, num total vai ser doze. Então, serão dize agroindústrias entregues, isso não tem haver, é um projeto que Secretaria de Estado vai estar fazendo, qual foi a preocupação do grupo. Opa! Se Secretaria tem recursos para esta construindo isso, vamos já fazer alguma coisa que vai atender o SUSAF, tato é se

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

os senhores de atentarem o volume de transformação que nós colocamos aquela tabela de valores, é para cooperativas.

Então, essas agroindústrias ela não vai ser entregue para um produtor e um município, ela vai ser entregue, por exemplo, Jangada, Acorizal, Rosário Oeste, por consórcio não sei qual vai ser forma que vai ser distribuído, vai ser por cooperativa está trabalhando, está atendendo aquela estrutura. Então, deixar bem claro, que são projetos que não é obrigatório pelo SUSAF, projetos que o estado vai estar desenvolvendo, vai estar implantando, as plantas são apenas sugestivas, nós temos uma cartilha, o que influencia, o que importa no agroindústria é o fluxo, o serviço do SUSAF é o que, é atender, vai se deslocar até agroindústria, que é existente, nós vamos fazer análise, vai fazer as colocações em cima do que é existente, nós não estamos impondo aquela planta para que todo mundo que aderindo o SUSAF tenha que implantar aquilo, não, é uma sugestão, é o que o Estado vai estar oferecendo para cooperativas é o que o Estado vai estar implantando.

Nós vamos fazer assim, eu digo a ideia inicial foi que, de fazer uma unidade de cada bem feito, vai gastar duzentos mil para fazer uma vai, mas é melhor do que gastar cinquenta mil e não entregar cinquenta duas como foi o que aconteceu antes. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMIGOS FRAGA) - Eu só quero antes de passar a palavra para Paulo Delego, lógico que na lei não se refere a base física, lógico ali foi feito um parâmetro dentro que hoje exige a vigilância sanitária, mas no artigo 3, inciso IIIV, diz o seguinte:

“Para garantir a iniquidade e a integridade da produção final, orientando a edição de norma e instruções técnicas em que avaliação da condição sanitária”...s/lcb

1124au41.lcb

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) -...E a integridade da produção final orientando a edição de norma e instruções técnicas em que a avaliação da condição sanitária estará fundamentada em parâmetros técnicos científicos de boas práticas de fabricação e inspeção sanitária respeitando as especificidades locais que são extremamente importante e diferentes escalas de produção conforme está no anexo.

Então, acho que é questão de coerência, é questão de bom senso, e vou perguntar, pedir até para a equipe técnica se poderia aperfeiçoar esse inciso colocando aquilo que disse o Rodrigo e levando também em consideração a análise de risco que também é um ponto a ser observado dentro desse contexto para que possamos permitir ao produtor dentro instalações que não é instalação de primeiro mundo, mas que preenche os requisitos de segurança alimentar de saúde pública, até porque eu nunca ouvi falar que o queijinho corda cabacinha de Alta Araguaia matou ninguém, no entanto ninguém sabe como ele é construído, ninguém sabe como ele é construído. (PALMAS)

O Sr. Rodrigo Olegário Ferreira - Deputado, queria pedir um aparte.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Então, vou pedir para equipe técnica se pode aperfeiçoar um inciso dessa natureza para que possamos dar essa condição de usar mais a coerência, o pessoal da inspeção, por ocasião de credenciar uma planta no SUSAF.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Antes de passar para o Rodrigo... Rodrigo, eu queria passar para o Paulo. Ele pode, Paulo, fazer os esclarecimentos e depois passo para você.

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA - Bem rapidamente, o senhor foi embora, mas a questão do levantamento dele é interessante porque desde quando surgiu o SUASA/SISB, estou acompanhando até porque o Município de Maracaju seria um dos primeiros municípios a implantar no Mato Grosso do Sul, o SUASA/SISB. E eu sempre via essa dificuldade que tinha, que foi levantado aqui do produtor se adequar a essas leis do SUASA/SISB, na questão de estrutura física e construção. Em 2006 criou o SUASA/SISB. Em 2015 vieram a idealizar, a criar a instrução normativa. E sabe por que foi criado a instrução normativa? Principalmente porque nós em várias discussões. Aqui está o nosso amigo, eu fui convidado até por eles na época na Associação de Municípios, nós fomos até Brasília e tivemos uma discussão técnica lá com o pessoal do Mapa, com o pessoal do MDA, e levantei justamente isso. Por favor! Vocês do mapa, inclusive, quem é o coordenador do SUASA/SISB é muito amigo meu a nível nacional, foi professor meu. Eu falei: Você pode me apresentar os dados de quantas agroindústrias o pequeno produtor cadastrou...
...s/asg...

1124au42.asg

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA -...de quantas agroindústrias o pequeno produtor cadastrou de 2006 até 2015? Acho que foi em 2014 que nós tivemos a reunião. Pessoal, é insignificante. O principal motivo era esse, eu coloquei isso para ele e eu propus na época, o meu amigo estava junto - estávamos lá, não estávamos? - que tinha que mudar de alguma forma. A Instrução Normativa não tinha sido criada ainda. Se estiver falando mentira, me corrija. E eu falei: por favor, mude! Comece a focalizar na questão de risco porque é possível construir uma planta menor, focando o risco, avaliando os riscos, com custos menores, para que esse produtor possa produzir. E eles fizeram a Instrução Normativa em 2015 com algumas coisas que vieram a facilitar.

Eu mostro isso, Deputado, através de dados de alimento, lá em Maracaju, a equipe técnica está lá, que o produto sendo analisado isso aí ele sai com a mesma qualidade. Igual o senhor falou: “vamos consumir esse produto e não vai ter risco, ninguém vai morrer consumindo esse produto.”

Então, eu sei e muito bem colocado aqui pela técnica. Essa planta é uma planta-piloto que será desenvolvida e que acho que é muito importante, principalmente se puder atender já nessa condição via consorcio alguns municípios. Isso é muito importante! Mas nós temos que viabilizar uma planta também para o pequeno produtor, e eu me coloco à disposição.

Eu falei para o Deputado Zé Domingos Fraga que a minha luta é conseguir fazer com que isso... Eu sei que tem técnicos profissionais da área que acham que sou louco, mas a minha loucura é em prol da agricultura familiar e sei que tenho embasamento técnico. Eu vou bater de frente igual quando fui lá, tinham esses técnicos todos lá e falei sobre isso. Mostro e comprovo que é possível fazer o queijo, é possível fazer qualquer outro produto seguindo a questão de análise de risco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Nós só temos que mudar um pouco a visão, abrir um pouco a mente dos técnicos que estão pensando de outra forma, e para isso eu preciso do apoio de vocês, porque sozinho, também, batendo tecnicamente é difícil.

Então, que as associações procurem se reunir em nível de Estado, em nível de Município, para debater essa questão mesmo existindo legislações que não focam isso, mas que sejam agora criadas novas legislações que foquem isso.

Essa é a minha colocação.

É viável, sim! Essas plantas também são importantes. Tudo bem. Mas também é viável.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Sr. Rodrigo.
(PALMAS)

Eu peço desculpas aos nossos oradores da plateia que todos vão falar, sem problema nenhuma, mas o Deputado Valdir Barranco, além de ser Deputado, tem um “debitozinho” na frente, vai mais uns vinte anos, pelo jeito, e fará o uso da palavra porque tem outros compromissos.

Então, passo a palavra ao Deputado Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO - Eu quero cumprimentar o Deputado Zé Domingos Fraga...s/dmm

1124au43.dmm

O SR. VALDIR BARRANCO -...Eu quero cumprimentar o Deputado Zé Domingos Fraga, nosso colega aqui da Assembleia Legislativa; Secretário Suelme Evangelista, demais componentes da mesa, todos e todas que aqui estão presentes.

Eu tenho um pessoal do Município de Pontes e Lacerda que está me aguardando e querem voltar ainda hoje.

Primeiramente eu quero dizer da importância, Deputado Zé Domingos Fraga, de uma Audiência Pública como esta.

O Estado de Mato Grosso tem, segundo o que foi apresentado aqui, cento e quatro mil famílias da agricultura familiar, eu sou da corrente que pensa que nós estamos bem acima dos cento e quatro mil, e nós precisamos investir na agricultura familiar de verdade, nós precisamos avançar com os investimentos e precisamos desburocratizar. Infelizmente nós pertencemos a um País que herdou a cultura da burocracia portuguesa, onde o cidadão já nasce e para registrar é uma burocracia tremenda. Aí para eu provar que a assinatura é minha, eu tenho que ir ao cartório pagar para o cartório bater um carimbo e falar que a assinatura minha é minha. Aqui no nosso País nós herdamos de Portugal, infelizmente. Diferente do Sistema Anglo-Saxão, que é muito mais eficiente, muito mais dinâmico e que não tem tanta burocracia.

Para pregar um prego na parede aqui na Assembleia Legislativa tem que mandar um memorando.

Esses dias, eu achei que seria uma brincadeira, precisava tirar uma televisão da parede, mandamos um memorando e tinha um outro parafuso do lado e o menino disse: “Não, isso aí tem que mandar outro memorando.” (RISOS).

Então, essa burocracia que para o campo não funciona, o cidadão do campo, nós temos que ir ao encontro a ele, nós temos que pisar o chão dele, comer na panela lá do fogão a lenha onde ele

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016, MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

cozinha, nas dificuldades que ele vive no dia a dia para compreendermos essas dificuldades. Se continuarmos a fazer legislação, eu falo isso com a convicção de quem foi Superintendente do INCRA e bati muito nisso lá em Brasília, porque os “caras” construíam as Instruções Normativas que é de quem não conhecia a realidade do campo! E agora nós estamos sofrendo com quatrocentas mil famílias nos assentamentos do Brasil que estão bloqueados do Sistema SIPRA, cinquenta e cinco mil no Mato Grosso é uma barbaridade. Mato Grosso tem oitenta e duas mil famílias assentadas e cinquenta e cinco mil estão bloqueadas porque o Tribunal de Contas da União tem técnicos que nasceram em berço de ouro que só começaram a trabalhar aos vinte e seis, vinte e sete anos, depois que passaram em concurso público...

...S/CAC

1124au044.cac

O SR. VALDIR BARRANCO - ...vinte e sete anos, depois que passaram em concurso público, já tinha faculdade, já ganhando dezoito, dezenove, vinte mil reais e um Conselheiro do Tribunal de Contas da União editou um acórdão nº 775/2016, que bloqueou, com uma das maiores barbaridades, por que? Porque não conhece a realidade do campo. Nós temos que conhecer. Temos que ir lá, pisar no chão. E é aquilo que o Deputado Zé Domingos Fraga já disse aqui, que o queijo, o queijo cabacinha nunca matou ninguém. O frango caipira que comemos por aí, eu não como frango caipira bastante tempo, só nos engorda, não é? Então, é claro que nós temos que ter o mínimo de princípio de higiene, para que possamos produzir com mais qualidade, mas também não podemos ter muita exigência porque senão não vamos avançar. Nós precisamos investir e já foi dito aqui, na qualidade da produção coletiva por meio do associativismo, do cooperativismo. Por que os agricultores familiares da Alemanha não quebraram em plena crise? Porque eles são treinados e organizados em cooperativismo, eles tem cooperativa de crédito. Os bancos da Alemanha são para os grandes. Os pequenos não usam banco. Banco do Brasil, Banco Itaú, Banco Bradesco não seria para os pequenos se vivêssemos na realidade deles, eles tem as suas próprias cooperativas de crédito, nós ainda temos muito tempo para chegar a essa consciência, mas é preciso que possamos avançar. Aqui no nosso gabinete nós formamos um núcleo que nós estamos chamando de núcleo agrário que temos o Nelson Borges, Zito, Portela, Salvador a Terezinha, enfim, são pessoas que já tem uma vivência nessa área e que já acumularam experiência, que nós mesmos sendo legislativo, que não tem essa obrigação de fazer o Executivo. E o Deputado Zé Domingos Fraga que já foi Prefeito e eu também, nós temos uma dificuldade porque quando chegamos no Legislativo dá uma vontade de fazer e não podemos fazer, porque somos apenas legislador, mas nós também já estamos trabalhando em alguns municípios com a capacitação para o cooperativismo porque eu acho que é a solução. E aqui, o SUSAF, eu acredito que é a saída, como o próprio Deputado Zé Domingos Fraga disse, nós não podemos desanimar, temos que fazer as adequações, é natural isso. Eu acho que a equipe que está a frente disso também já pisou o chão da roça e sabe das dificuldades que é. Nós temos que fazer as adequações. Nós enquanto Deputados que temos uma afeição muito grande, um carinho muito grande para o campo e sabemos que é lá no campo que temos as soluções, inclusive, a partir dos produtos da agricultura familiar que eu defendo essa tese que nós podemos contribuir para a quebra da inflação no Brasil, porque se nós produzirmos mais e com mais qualidade, nós vamos obviamente colocar no mercado mais produtos e com isso diminuir os preços dos alimentos...

s/cms

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

1124au045.cms

O SR. VALDIR BARRANCO - ...e com isso diminuir os preços dos alimentos também, contribuindo assim para a diminuição dos índices de inflação e é lá no campo que temos essa possibilidade e temos que qualificar.

Eu acho que o selo é algo... Andando por aí sempre nos deparamos com essa dificuldade e o selo vem para ajudar e podem contar com a nossa cooperação com o Deputado que tem, sim, uma ligação muito grande com o campo e um compromisso muito grande com os nossos agricultores e agricultoras familiares.

Quero enaltecer o Rodrigo. Ouviu, Rodrigo? Ah, quisera nós tivéssemos muitos que pensasse como você, temos que simplificar as coisas. Você com todo esse currículo, que eu tive a oportunidade de ler, você simplifica, enxerga essa evolução a partir do olhar daquele que está lá na ponta. É ele que fará as coisas andar, não adianta produzirmos um selo, sem que aquele que produz lá no campo não tenha condições de colocar esse produto para comercialização.

É isso, muito obrigado pela paciência. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Deputado.

Gente, o Deputado Valdir Barranco falou na simplificação, na burocracia e falou daqueles que, muitas vezes, edita a legislação sem conhecer a realidade do campo. Eu me recordo quando era Secretário de Agricultura, tinha uma instrução normativa, se não me falha a memória, era 51, que exigia as práticas de sanidade por lei humanamente impossível de cumprir. Agora parece-me que é a 62, já editaram a 62 e até hoje não consegue cumprir, se for cumprir, vamos importar 100% do leite consumido em Mato Grosso.

Então, são instruções, ferramentas, que fazem para não serem cumpridas. É por isso que temos que ter a coerência, ter o bom senso, buscar, sim, cumprir a legislação, a segurança alimentar e a sanidade, mas de uma forma mais simplificada que permita que o pequeno possa de forma agregada, ou cooperativa, ou condomínio, ou associação, ou até de forma individualizada, até porque o órgão de capacitação, o órgão de motivação, de fomentação que é a extensão rural em Mato Grosso está falida, não tem condições de fazer trabalho nenhum dessa natureza. Então, fica muito difícil você querer, realmente, agregar valores no momento naquilo que é produzido pela agricultura familiar, sem assistência técnica e extensão rural e a pesquisa da agricultura familiar que é a nossa gloriosa EMATER, que queremos ver um dia a sua reestruturação.

Eu acredito muito no governador Pedro Taques, negociamos ontem com eles para comercializarmos todos os ativos móveis da EMPAER para investir na estruturação física da EMPAER, até porque esses ativos quando não estão evadidos do Estado, estão doando, são patrimônios que foram conseguidos as duras penas...

...s/tmr...

1124au46.tmr

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - ... o Estado está doando, o patrimônio foi conseguido às duras penas pela EMPAER sem participação de dinheiro público, através dos 2%, através de doação, e nós queremos que seja, sim, comercializado, alienado, mas que o produto dessa alienado volte para a sua reestruturação física.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Agora sim, vou passar a palavra para o Paulo Bilego, espero que ele seja breve, contundente, para nós colocarmos gasolina nessa fogueira aqui, Paulo.

O SR. PAULO ANTÔNIO DA COSTA BILÉGO - Deputado Zé Domingos Fraga, eu estou saindo, mas os meus técnicos vão ficar para que nós possamos dar o apoio necessário.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Beleza. Obrigado!

O SR. PAULO ANTÔNIO DA COSTA BILÉGO - Boa tarde a todos!

Deputado Zé Domingos Fraga, com a sua permissão, eu quero só perguntar ao colega, Rodrigo, se nós estamos falando em Maracaju de processo de certificação ou de processo só de selo de qualidade como nós vimos lá? Porque lá eu não vi produto artesanal certificado. Eu vi lá produto com selo de qualidade. Estou certo?

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA - Quando foi idealizado o programa, em 1997, foi criado e idealizado com o nome de Serviço de Inspeção Municipal de Produtos Caseiros. Não era nem artesanal, em 1997.

Com o passar do tempo, nós e com a nova gestão de outros prefeitos, nós fomos fazendo algumas adequações, inclusive voltando-o mais para a agricultura familiar. E daí passou a ser chamado SIMPAF, Serviço de INSPEÇÃO Municipal de Produtos da Agricultura Familiar. Esse Serviço de Inspeção Municipal, o que ele faz? Ele faz um acompanhamento do produto, acompanhamento do processo de produção e da planta, capacita a equipe técnica e libera um selo para o produto...

O SR. PAULO ANTÔNIO DA COSTA BILÉGO - Colega Rodrigo, por favor, respondendo o que o Deputado está nos inquirindo, pelo curto espaço de tempo, por favor, eu só quero que você me responda uma coisa. Aquele produto lá é certificado ou ele tem um selo de qualidade?

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA - Um selo de qualidade. A certificação é através do ISO.

O SR. PAULO ANTÔNIO DA COSTA BILÉGO -- Muito obrigado!

O senhor me respondeu a primeira pergunta.

Segundo, esta lei que estamos tratando, que modestamente participamos dela e da confecção dela, só é possível ser implantada com alguns pilares.

Primeiro, a participação ativa e informal dos municípios, através de um Serviço de Inspeção Municipal. Isso é o primeiro...

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA - Isso eu falei.

O SR. PAULO ANTÔNIO DA COSTA BILÉGO - Esse é o primeiro ponto.

Segundo, nós estamos facilitando e incentivando que seja por cooperativismo. Esse é o segundo ponto.

Ninguém é louco, ninguém é insano de sugerir uma planta para um produtor, que é agricultura familiar chamada, de 200 mil reais.../nns

1124au47.nns

O SR. PAULO DILEGO - ... produtor que é Agricultura Familiar chamada, de 200 mil reais, estamos incentivando isso para um grupo de pessoas, por isso abriu-se a possibilidade do consórcio ser o responsável, ser o titular e representar um grupo de município.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Isso estou simplificando bastante para facilitar o trabalho e o entendimento de todos os Srs.. Este produto que estamos propondo através dessa Lei será certificado sanitariamente como já é, por isso a chamamos dentro desse Projeto a Secretaria de Saúde do Estado que, por sua vez, faz a legislação da Anvisa, produtos de origem vegetal serão certificados pela vigilância sanitária...

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA - Seguindo os critérios internos, fazendo o favor.

O SR. PAULO DILEGO - Oi?

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA - Seguindo os critérios de certificação.

O SR. PAULO DILEGO - Já definidos, já definidos por Lei Federal, o Município, o Estado são precoces e só vão fazer isso.

O Estado de Mato Grosso, na sua propositura, fez o quê? Propôs que em obediência à Lei Federal, criar uma Lei Estadual que permite o trânsito de produtos entre um Município a outro, isso é inédito no Brasil, ninguém tem isso, permitindo produtos certificados...

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA - De origem animal.

O SR. PAULO DILEGO - De origem animal.

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA - De origem animal e vegetal.

O SR. PAULO DILEGO - De origem animal e vegetal que hoje já tem livre trânsito como em qualquer parte do Brasil. Esse é o outro pilar dessa Lei. Segundo, terceiro nos propusemos, fizemos a minuta de uma Lei facultativa ou orientativa aos Municípios para que façamos uma harmonização se assim o Município entender, se assim o Município quiser, é voluntário...

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA - Concordo.

O SR. PAULO DILEGO - Ninguém está obrigando o Município nenhum a aderir. Agora, se ele não fizer a adesão ao SUSAF que chamou juridicamente essa competência, o Estado chamou, ele vai continuar vendendo dentro dos seus...

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA - Municípios.

O SR. PAULO DILEGO - Seu Município, dentro do seu território. Esse é o objetivo. Então sendo bem objetivo, estamos tratando de produtos certificados...

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA - De origem animal e vegetal.

O SR. PAULO DILEGO - É de origem animal e vegetal, não estamos colocando um selo de qualidade, se tratarmos de selo de qualidade, Srs., vamos sim, concordo com o Sr., vamos tratar de produto artesanal que lá no passado já chamou de subsistência, depois chamou de caseiro, ideologicamente continua-se chamando de Agricultura Familiar.

Quer se chamar de Agricultura Familiar e quer se vender, para que eu faça o produto e doe a alguém que tem que fazer esse produto da melhor qualidade possível, se eu for vender, muito mais ainda.

Não posso vender um produto que não tem qualidade sanitária. E não posso certificar produto artesanal, desafio qualquer pessoa desta plateia, sou sanitarista, sou médico veterinário...

S/ rof

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTOS SEM REVISÃO)

1124au048.rof

O SR. PAULO ANTONIO DA COSTA -... eu sou sanitário, sou médico veterinário e me orgulho disso, eu desafio alguém que certifique produto artesanal.

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA - Só para.

O SR. PAULO ANTONIO DA COSTA - Sr. Rodrigo, por gentileza, eu ouvi o senhor durante meia hora, por gentileza.

Eu desafio. Eu também como o senhor, vim lá do pequeno produtor, sou filho de garimpeiro, nasci na barranca do Rio Garça, lá em Barra do Garças, comi da mesma comida que todos os senhores já comeram, agora eu desafio também, os senhores busquem um prontuário de qualquer pronto socorro aqui de Cuiabá que tenha uma toxinfecção alimentar registrada. Quantos já morreram por salmonela aqui? E eu não posso admitir de um médico veterinário o que o senhor disse aqui, não admito e vou dizer ao senhor, vou levar sua fala ao Conselho Regional de Medicina Veterinária porque o senhor está vindo no meu Estado, do qual fui Presidente do Conselho de classe dizer que toxinfecção alimentar não mata ninguém.

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA - Qual o momento que eu disse que toxinfecção, qual o momento?

(O SR. PAULO ANTONIO DA COSTA E O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA FALAM AO MESMO TEMPO, INCOMPREENSÍVEL)

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA - Eu tenho dados de toxinfecção no programa, através de análises de alimentos e as análises, que foram dos produtos que eles são satisfatórios para o consumo, eu não falei em nenhum momento aqui, e nós temos levantamento em outros Estados de Toxinfecção, mas eu não citei em nenhum momento a questão de toxinfecção aqui, eu acho que o senhor, eu respeito a opinião do senhor, agora ter o parâmetro. Se o senhor quiser levar eu para onde o senhor quiser, pode levar, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Eu peço licença, o Rodrigo é meu convidado eu gostaria que a Vossa Excelência, tem todo o carinho e respeito que tenho por você, também respeite esta Casa, nós não estamos discutindo questão de ética, nós estamos buscando uma proposta para que possamos simplificar, para que possamos agregar valor nos produtos de origem animal e vegetal da agricultura familiar. Nós não vamos entrar nesta ceara, se o senhor quiser questionar a ideia dele, vamos questionar, mas com respeito, dentro daquilo que está sendo proposta nesta Audiência Pública, senão peço licença para a Vossa Excelência se retirar.

O SR. PAULO ANTONIO DA COSTA - Está acatado Deputado Zé Domingos, agradeço sua colocação e quero dizer o seguinte, nós estamos aqui com um propósito de fazer um aperfeiçoamento de uma lei, o objetivo desta Audiência Pública é exatamente isto. Vamos fazer o aperfeiçoamento da lei, quantos forem as ideias nós vamos acatar, eu faço parte deste grupo como colaborador, eu já fui de carreira, não sou mais estou como colaborador do grupo, eu vou continuar acatando todas as posições que aqui vierem.

Agora o que nós dissemos e registramos sobre o meu descontentamento com o a fala de um colega de profissão.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016, MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Mas aqui não é o momento, não é este, estamos discutindo outra questão.

(O SR. PAULO ANTONIO DA COSTA E O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA E O DEPUTADO ZÉ DOMINGOS FRAGA FALAM AO MESMO TEMPO, INCOMPREENSÍVEL)

O SR. PAULO ANTONIO DA COSTA - agradeço e peço desculpa a Vossa Excelência.

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA - Eu comecei a minha fala dizendo que estava dando proposta, se o senhor quiser contestar.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Sr. Rodrigo, por gentileza. O senhor quer concluir...S/drm

1124au49.drm

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - ... Rodrigo, por gentileza! Você quer concluir Paulo.

O SR. PAULO DILEGO- Quero só pedir desculpa pela exacerbação da minha fala, porque eu realmente sou intransigente quando falo de saúde publica.

Muito obrigado e desculpa Deputado Zé Domingos Fraga.

O SR. ZÉ DOMINGOS FRAGA - Vamos dar continuidade, agora da plateia inscrito neste momento Celso Dall'aqua, Secretário Municipal de Agricultura de Peixoto de Azevedo. Seja bem vindo, minha querida cidade Peixoto de Azevedo, cidade coirmã do meu Município Sorriso, cadê ? Não vai falar? Tudo bem. Como o Celso abriu mão, vamos ouvir o Nelson Borges que é assessor do Deputado Valdir Barranco, homem que tem experiência muito grande na área de regularização fundiária, foi do Terra Lega, MDA, vamos lá Nelson, vamos ser breve

O SR. NELSON BORGES - Sim vamos ser breve, vamos direito ao assunto.

Primeiro agradecer o espaço de está falando aqui e dizer em duas palavras:

Primeiro a situação da discussão do SUSAF que já vem de algum tempo e quando nós estivemos na delegacia fazendo parte do conselho estadual do desenvolvimento rural sustentável, nós trabalhamos para fazer a regulamentação da lei que tinha sido aprovada, quer dizer, ação do conselho estadual foi de regulamentar uma lei que foi discutida, aprovada e sancionada pelo Governo e depois fazer a regulamentação, aí tivemos vários óbice nessa regulamentação, maior deles é o interesse cooperativista de alguns setores, infelizmente é isso que eu vejo predominar ainda os interesses cooperativista e por outro lado os grande interesses empresariais, quando você simplifica você estimula a participação e você garante a instalação de pequenos empreendimentos com o mínimo de qualidade, boas praticas recomendadas, você começa ter competição de mercado e você começa colocar produtos diferenciados que vem de diferentes regiões, diferentes municípios, que vem da agricultura familiar é isso na verdade que está acontecendo.

E aí discussão que prevaleceu aqui, eu acho que não é você pensar conglomerado de produção com dez, quinze, vinte, trinta agricultores nós temos que aprovar uma lei para unidade familiar da produção, o agricultor tem o direito de organizar sua unidade familiar e produzir o seu produto e comercializar, eu acho que isso tem que ser pensando na reformulação da lei, é simples, essa é a clareza, algumas experiência já aconteceram no Brasil...s/lcb

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

1124au50.lcb

O SR. NELSON BORGES -...Essa é a clareza. Então, algumas experiências já aconteceram no Brasil, assim como a experiência foi colocado aqui do município, e nós tivemos uma experiência também no Distrito Federal. Quem não se lembra do PROVE, que era verticalização da produção através de pequenos empreendimentos estimulado pelo Governo Estadual com viabilização de financiamento e acompanhamento da produção com fiscalização sistemática também pelo Estado, pelos órgãos de fiscalização, mas tendo o interesse de viabilizar os pequenos empreendimentos. Eu acho que isso é o desafio. Acho interessante você trabalhar o estímulo sociativismo e o estímulo a cooperativismo. Mas isso é o resultado do acúmulo do agricultor lá nos assentamentos, lá na sua comunidade, isso é importante, mas eu acho que aqui o desafio maior é viabilizar e facilitar que o agricultor na sua unidade familiar possa organizar o seu produto e produzir da melhor qualidade. Seria isso, obrigado.

O SR. (PRESIDENTE ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Nelson, eu só quero levar ao seu conhecimento, em que pese que esse grupo de trabalho tenta chegar no ápice da perfeição, coisa de primeiro mundo, inclusive com produtor de forma totalmente organizada e que seria o ideal, mas ela também trabalha a agricultura individualizada. Inclusive, tem dentro da tabela de volumetria os volumes para o agricultor de forma individualizada.

Então, passando para frente, ouviremos agora o Ari Vasconcelo, Produtor do Município de Santo Antônio do Leverger.

O SR. ARI VASCONCELOS - Boa tarde, Deputado!

Deputado Zé Domingos Fraga, em seu nome eu cumprimento a Mesa e todos aqui. Eu só fico chateado porque ouve um esvaziamento da plateia, porque gostaria de falar agora. Eu sou criador de frango caipira em Santo Antônio do Leverger há quinze anos. Inúmeras vezes me foi apreendido frango que vendi para comerciante porque não tinha origem e era clandestino.

Eu ficava bastante chateado não porque eu tinha perdido o frango, mas porque eu tinha perdido um cliente onde estava colocando a minha produção, o que era mais importante para mim. E como eu, tinha alguns colegas em Santo Antônio do Leverger, infelizmente já foram embora, estão sofrendo exatamente como eu. Há quinze anos, Deputado. Há dez anos estamos tentando montar alguma coisa para fazer uma certificação em Santo Antônio de Leverger. A situação é muito, mais muito difícil. Aqui têm técnicos que me conhecem da AMM, têm técnicos que eu já visitei aqui...

...s/asg...

1124au51.asg

O SR. ARI VASCONCELOS -...muito difícil!

Aqui têm técnicos que me conhecem da AMM, têm técnicos que já visitei aqui de todos os órgãos, do INDEA, de todos os órgãos.

A dificuldade é muito grande. Aí nos foi dito o seguinte: “vocês têm que fazer uma cooperativa.”. Nós já fizemos duas! No Cinturão Verde tem uma cooperativa criada lá e nunca foi

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

para frente, em Santo Antônio do Leverger tem outra e nunca foi para frente. Sabem por quê? Nós não temos o espírito de cooperativismo aqui em Mato Grosso, diferentemente do Sul do País.

A cooperativa só funciona onde tem produção. Fazer cooperativa para produzir não funciona. Não funciona! Estou falando de cadeira.

Então, o que nós passamos e nós viemos acompanhando esse projeto do SUSAF, Deputado. Há mais de anos viemos acompanhando e nós tentamos, a AMM é prova disso, o técnico... Desculpe-me, esqueci o seu nome. Eu tentei dar pitaco lá, o que poderia ser feito? Não! Eu não estou falando como técnico que sou. Eu estou falando como produtor. Então, eu não conheço o projeto ainda.

Deputado, eu só espero que esse projeto não seja mais uma letra morta. Sabe por quê? Rodrigo, o que o senhor falou de Maracaju pode se implantar aqui. Belego? É meu amigo o meu Belego.

Desculpe-me, Belego! Eu discordo com o senhor e concordo com o Sr. Rodrigo. Sabe por quê? Se não houver uma facilitação, a agricultura familiar - estou falando que hoje eu faço parte da agricultura familiar, eu sou produtor de frango - vai a cada dia diminuir mais, mais e mais.

Alguém em são consciência... Levantem as mãos, pelo amor de Deus! Alguém aqui já ouviu falar que alguém morreu com frango caipira, comeu o frango caipira e morreu? Falem-me isso, em nível de Brasil.

Tem que ter a Vigilância Sanitária? Tem. Tem que ter as exigências da lei? Tem. Mas se não houver a facilitação, se você fechar os olhos: "olha aqui, técnico, se você fechar os olhos, essa legislação nós não vamos abrir de maneira nenhuma, nós vamos ficar sempre marchando no lugar, ou melhor, nós vamos regredir.". É isso que vai acontecer, Deputado.

Então, nós esperamos que essa lei... Eu não conheço ainda! Nós esperamos que essa lei tenha a possibilidade de ter abertura e melhorar a lei de forma que permita que... Não vamos falar em corporativismo aqui em Mato Grosso porque é outra letra morta. O cooperativismo só funciona onde tem produção. Para o cidadão começar a produzir ele não tem nada, ele precisa de apoio, ele precisa de condição.

Portanto, como disse o nosso amigo, Rodrigo. A questão do risco. Nós não podemos olhar só como técnico porque você tem que olhar como técnico, evidentemente, mas tem que ter uma abertura para que haja a possibilidade da pessoa crescer para melhorar. Se ele começar a vender, ele mesmo vai investir em seu estabelecimento...s/dmm

1124au52.dmm

O SR. ARI VASCONCELOS -...se ele começar a vender, ele mesmo vai investir no seu estabelecimento lá, passa ser seu estabelecimento comercial lá na sua propriedade, ele vai reinvestir. Não é verdade, Deputado?

Então, é isso que esperamos que a lei proporcione para nós que somos da agricultura familiar. Essa abertura que o Rodrigo falou, dentro do que é possível, sanitariamente, dentro do que é possível sanitariamente. É isso que nós esperamos.

Então, Deputado, nós esperamos sinceramente, eu não conheço ainda a lei, eu tive uma minuta dessa lei na mão, falando que você pode produzir - eu sou criador de frango - você pode matar cem frangos por dia ou mil em consórcio. Eu não tenho o número porque eu não me recordo bem.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Muito bem, esperamos sinceramente que essa lei venha ao encontro dos interesses dos produtores e não dos técnicos só. Tem uma legislação a ser cumprida? Tem. O que é possível melhorar a legislação para que permita que esse agricultor possa crescer.

Vocês viram o que o Gauchinho falou quando a nossa técnica falou do valor da planta, ele falou: “Eu não acredito...”. Quer dizer, ele foi radical. Nós não queremos ser radicais, mas nós queremos que haja possibilidade do que é possível fazer para a agricultura familiar não só em cooperativa, individualmente, em grupo, melhore a lei para que proporcione crescimento nosso...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Muito obrigado, Sr. Ari.

O SR. ARI VASCONCELOS - É o que esperamos.

Muito obrigado, Deputado.

Muito obrigado, plateia. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Sr. Ari, eu passo às suas mãos a cópia da Lei...

O SR. ARI VASCONCELOS - Eu fico agradecido, porque eu não conheço a lei...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Para que o senhor possa contribuir.

Gente, o Sr. Ari falou que nós não temos produção, por isso que a cooperativa não funciona, que não temos espírito de cooperativismo e nós não temos, Sr. Ari, gestão. Nós não temos gente capacitada em cooperativismo. O meu irmão, Prefeito de Nortelândia, tentou montar uma cooperativa em Nortelândia, só tem uma técnica na EMPAER que entende de cooperativismo e infelizmente ela não consegue atender o Estado de Mato Grosso como um todo. No entanto, por falta de gestão, a cooperativa não andou.

O Sr. Ari está certinho, além da falta de cultura, nós não temos gestão mesmo, de fato.

Dando continuidade, ouviremos Ander Santos, Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Município de Tangará da Serra.

Grande Município, quinta economia do Estado, mas perto do meu Município que é o quarto.

O SR. ANDER SANTOS - Boa tarde a todos e todas!

Cumprimento o Secretário Suelme Evangelista pela coragem de impor um projeto deste no Estado do agronegócio; ao Deputado Zé Domingos Fraga, por trazer esta discussão para a Casa; Dr. Rodrigo, conterrâneo, sou de Bonito, Mato Grosso do Sul. Estamos juntos, Rodrigo, chamamos de louco, mas os loucos são sábios muitas vezes. Vê tudo aquilo que ninguém vê. O Einstein foi chamado de louco...

...S/CAC

1124au053.cac

O SR. ANDER SANTOS - ...foi chamado de louco, então eu estou bem na fita, não é? (RISOS)

Primeiramente eu quero dizer que o nosso Estado tem uma opção econômica e desenvolvimento. Nosso Estado historicamente preferiu o agronegócio e aí você já tira uma série de conclusões. Não vamos colocar em pauta aqui a questão que modelo econômico é melhor, mas é o modelo que está ferrando o Estado precisa mudar a situação tributária e todo mundo sabe disso, não é? Segundo, que não temos a Bancada da agricultura familiar e tem gente que fica nervosinho porque fala agricultura familiar e mistifica. Ora, pequeno produtor é um anão que planta e colhe, ele é pequeno produtor. Pequena propriedade existe, pequeno produtor é uma questão tributária e então tem uma diferenciação da maneira de produção e o tipo de vida. É uma escolha de vida ser

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016, MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

agricultura familiar. Para lá, que vida sofrida é essa? Todo mundo quer ser agricultura familiar? Não! Não é fácil, não. É levantar todo dia cedo e saber que você trabalhará o dia todo e ganhará pouco porque o nosso Estado não tem política pública voltada para a agricultura familiar. Começa se mudar essa visão daqui para frente, mas a questão do poderio econômico e a questão das máquinas que financiam, aí tem que ser específico, que financiam as políticas brasileiras, trabalharam contrário. A quem beneficia uma política imposta dessa em nível estadual, nacional e até mesmo municipal? A quem? Vamos abrir o olho, vamos avançar.

Vamos falar um pouco de Tangará da Serra? Tangará da Serra é um município de quase mil e seiscentos produtores da agricultura familiar. Nós temos três técnicos da EMPAER. Três! Precisávamos no mínimo de quinze. Temos uma UNEMAT atuante, com professores atuantes, a parceria da Secretaria de Agricultura e o arranjo local com a EMPAER que funciona. Temos a feira do produtor com trezentos e cinquenta produtores da agricultura familiar. E aí? Qual foi a opção que o município fez? A opção que o município fez, não dessa gestão, de toda sua história política administrativa foi a agricultura familiar. Nós temos 80% do nosso município de área agricultável propriedades menores que oitenta hectares! Temos cinco assentamentos de reforma agrária entre reforma agrária e o que era fundiário, e nós implantamos lá, Sr. Rodrigo, no mesmo modelo, não temos diferença de nós para vocês que fazem questão do teste sanitário, da sanidade dos alimentos, mas é análise de risco. Qual é o risco de você fazer o salame se o seu porco é abatido no frigorífico certificado pelo SISE? Você não tem nenhum resíduo praticamente. Qual é o risco?

Agora, vamos caminhar dentro da estrutura do Estado. A SEMA não permite que um aviário seja construído um abatedouro de frango que seja construído a menos de cem metros do aviário. Opa, para lá! O cara tem cinco hectares, ele vai morar e produzir onde, gente? Que cabeça é essa? Que cálculo louco é esse? Então, tecnicamente falando, e a minha família tem trinta e sete anos de agroindústria, cara! Trabalhando com agroindústria. São técnicos da área! Eu estou na Secretaria de Agricultura...

s/cms

1124au054.cms

O SR. ANDER SANTOS - ...são técnicos da área! Eu estou na Secretaria de Agricultura, tem que ter sensibilidade. Por que o SIM lá funcionou? E é o segundo do estado que funciona, porque só o de Lucas funciona. Por que funcionou? Não fez mágica, não. O nosso Rodrigo também tem a sensibilidade de entender o homem do campo e criar mecanismos para que ele cresça, não para que ele afunde.

Agora, vamos ao nosso INDEA, você vai conversar com o pessoal do INDEA, “pessoal do INDEA, vamos lá em Tangará comer açúcar mascavo, frango caipira, os produtinhos da serra lá”, é importante sair um pouco da casinha. Viu?

Eu acho que o pessoal do INDEA acham assim, “passei no concurso, agora quem manda aqui sou eu”, não tem diálogo com o produtor. Tirando o GTA, o que é que o INDEA faz para o pequeno produtor? O INDEA chega na propriedade só olhando o porco, o cara fica em pânico! Viu a caminhonete do INDEA chegando é pânico, “vão me multar, vão me ferrar”, então, a política tem que mudar. Essa política é opressiva, não chega em lugar nenhum e só retrai.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016, MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Falar de agricultura familiar, falar do SUSAF, é uma necessidade. Terça-feira estive aqui, passei no Porto, o Estado está lá construindo a feira da Vila Alta e o modelo que estamos querendo colocar lá é o modelo incubadora, trazer a agroindústria para dentro da Feira da Vila Alta potencializando que ela abra todo dia com hortifrutigranjeiro. Se você tem a agroindústria e a praça de alimentação, você tem fluxo, tendo fluxo, você tem venda de outros produtos, o hortifrutigranjeiro será beneficiado.

Conversando com o pessoal na feira, estão todos notificados. Por quê? Cuiabá produz alguma coisa? Onde tem sitio aqui em Cuiabá que produz em quantidade para abastecer Cuiabá? Ora, vem da Baixada Cuiabana. A Baixada Cuiabana é certificada pelo SIM, não pode, é divisa. Evasão de divisa, olhem que palavra bonita! A evasão de divisa não permite que a feira venda produtos de Santo Antônio de Leverger. Então, meu amigo, cuiabanada, vamos avançar aí...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Secretário, concedo três minutos para o senhor concluir.

O SR. ANDER SANTOS - Vamos avançar porque vai faltar comida em Cuiabá.

Falar da agricultura familiar é falar de soberania alimentar. Falar de justiça social, cooperativismo muito bom, temos muitos lá; núcleo de economia pública para política pública solidária. Os núcleos trabalham a questão extrativismo e cooperativismo, não temos um patrimônio cultural chamado coletividade, somos individualistas, principalmente, Mato Grosso porque o pequeno acha que ele é grande produtor e ele não quer produzir vaca de leite, quer produzir gado de corte em quatro hectares (RISOS). É esse o nosso cenário.

Então, é assim, gente, eu espero que avance o SUSAF. O Suelme foi muito corajoso, a equipe dele, eu acho que tem erros, erros técnicos que nos prendemos muito a legislação, quer ser mais juiz do que o próprio juiz. Mas, na verdade, é o seguinte, ou muda esse cenário, ou a agricultura familiar está fadada ao fracasso, principalmente, Mato Grosso que já vem capengando há um bom tempo. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Ander, por sua participação.

Vamos dar continuidade, vamos ouvir agora um dos grandes incentivadores para a regulamentação do antigo SUSAF que, com certeza, contribuiu para que pudéssemos discutir a lei nova do SUSAF...

...s/tmr...

1124au55.tmr

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - ... com certeza contribuiu para que nós pudéssemos discutir a lei nova do SUSAF.

Com a palavra, o Sr. Hudson Saturnino. Logo, em seguida, vamos ouvir o Reinaldo. E se você estiver tempo o Sr. Rubens que quer falar de uma experiência lá de Itiquira.

Vamos ser bem objetivo, como você sempre foi, meu garoto.

O SR. HUDSON SATURNINO - Eu quero primeiro, Deputado, avaliar quando o Deputado Dilmar Dal Bosco disse do seu conhecimento acerca de todas as áreas. Logo de cara quando vimos exibir aqueles números das instalações físicas, Vossa Excelência já calculou e viu que aquele valor de metros quadrados para poder montar uma pequena agroindústria, onde uma

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016, MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

farinheira 277 mil reais, eu tenho que concordar com o Sr. Nelson Borges, quando ele disse que precisamos criar instrumentos para fazer inclusão produtiva de, no mínimo, 95%, porque no modelo desse nós não conseguimos alcançar 5%.

É necessário então que nós reconheçamos e que tomamos a iniciativa que o nosso amigo aqui, Olegário, que nós tivemos a oportunidade de trazê-lo quando eu ainda estava trabalhando na AMM e daqui nós fizemos uma agenda com a Confederação Nacional dos Municípios em Brasília e nós tivemos a oportunidade de levar isso lá, inclusive continuamos a tratar desse assunto em Brasília com o Senador José Medeiros e na Câmara Federal com o Deputado Federal Ezequiel Fonseca. Nós estamos fazendo esses encaminhamentos, Sr. Olegário, e vamos continuar fazendo esse trabalho.

Eu quero dizer que se nós não encontrarmos mecanismos para incluir esses pequenos, como disse o Sr. Olegário aqui, é preciso que a equipe técnica tenha olhares para a agricultura familiar. E é preciso conhecermos as suas necessidades e saber a sua capacidade de investimento. E a capacidade de investimento da agricultura familiar, quando nós falamos em 40, 50 mil reais é um valor enorme, não só para o pequeno investidor do Estado de Mato Grosso, mas para outros Estados também, onde ele produz o queijo dele, ele produz numa peça anexa a sua casa. E precisamos encontrar mecanismos que nós vamos nos despir.../ nns

1124au56.nns

O SR. HUDSON SATURNINO - ... encontrar mecanismo que vamos nos despir da estrutura física e vamos ter olhares para as análises de alimentos, temos que olhar para a análise sensorial, para as análises de DNA, temos que olhar para as análises microbiológicas e temos que sair, desagregar.

Se não mudarmos as cabeças, não adianta Lei, precisamos é de mudar a cabeça, mudar a cabeça de quem está a frente desse processo. E as cabeças de quem está a frente desse processo não estão em um estado de transformação, não.

Estado de transformação é preciso fazer diferente e para fazermos diferentes não podemos nos apegar, como foi dito aqui, temos exemplo de Itiquira, e o Itiquira conseguimos, está aqui o Dr. Weber, onde conseguimos.

Parabenizo esses médicos veterinários que saem do quadrado que aqueles que saem dessa casinha e que realmente, um exemplo é o Dr. Weber lá no Município de Itiquira, onde conseguimos realmente processar alimentos, mas parabéns a esses médicos veterinários que não estão olhando no retrovisor para 1950, temos que olhar adiante. Porque em 1950, não tínhamos o equipamento hoje que com 20 mil reais, conseguimos pasteurizar um leite, fazer um iogurte, temos que olhar o lado das boas práticas de fabricação.

É isso que a Lei tem que valorizar, e Deputado Zé Domingos Fraga, o Sr. que é um representante desse setor, temos que pensar em três categorias de produtos, que é aquele caseiro que não podemos excluir aquela que faz lá no fogão onde ela concilia a alimentação de casa e faz o pão para poder vender.

Precisamos de... ela tem que ter mercado para esse produto sim, ela está dentro de uma categoria que é caseira. Depois temos que ter aquele que usa o equipamento ainda de modo mecânico, que é o intermediário, depois aquele que é produzido em escala industrial, de pequena

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

produção que seriam os 5% que estão no formato dessa Lei, mas as necessidades nossas tem que se voltar para esses 95%.

Precisamos olhar e não podemos desprezar, não vamos reprovar essa Lei não, é que a capacidade de investimento nosso e para alcançarmos, como disse ali o Dr. Nelson Borges que se alcançarmos esta unidade individual, esse pequeno produtor...

S/ rof

1124au057.rof

O SR. HUDSON SATURNINO - ...nós alcançarmos esta unidade individual e esse pequeno produtor, nós precisamos de reconhecer estas duas categorias de produtos que antecede o que é a previsão desta Lei, se nós não fizemos isso. Mas eu também gostaria de assim como o Dr. Nelson reconhecer que nós caminhamos para traz, viu Dr. Nelson, quando nós tínhamos uma lei já aprovada, onde os esforços do Deputado Ezequiel, os esforços do Deputado Dilmar Dal Bosco, os esforços do Deputado Zé Domingos, eles fizeram viagens ao Rio Grande do Sul, eles foram buscar e aí nós com muito sacrifício conseguimos, o Dr. Nelson Borges era delegado da MDA, nós articulamos bem, conseguimos aprovar esta Lei e o período que nós deveríamos estar regulamentando, nós voltamos atrás.

Era isso o que eu tinha a dizer. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado Hudson. Gente, vamos ser breve. Quero convidar bem rapidinho aqui, também ele que regulamentação do SUSAF, trabalhou na construção desta ferramenta, vou convidar meu amigo, meu irmão, Sr. Reinaldo Loff, Secretário Executivo do Consórcio do Alto Teles Pires da minha querida Sorriso. Com a palavra, Alemão. E logo em seguida vamos ouvir o Rubens Soares que vai falar da sua experiência em Itiquira e logo em seguida ouvir o Presidente do INDEA, vamos ouvir o Secretário da Agricultura, as considerações finais dos dois, nossos conferencistas e logo em seguida vamos encerrando nossa Audiência Pública, o jantar hoje é por conta do INDEA.

(ALGUÉM DA PLATEIA FALA FORA DO MICROFONE - INALDÍVEL)

O SR. REINALDO LOFF - Boa tarde Deputado Zé Domingos Fraga, Parabéns pela Audiência Pública do SUSAF; Secretário Sr. Suelme; ao Sr. Paulo Bilego, eu vou citar o Sr. Paulo Bilego aqui cumprimentando toda a equipe de trabalho do SUSAF durante este tempo todo, as meninas da AMM que a gente sempre estava conversando.

Eu quero dizer assim, nós gostaríamos Sr. Rodrigo, que cada vez mais Secretário, nós conseguíssemos fazer com que o nosso produtor ele fosse um empreendedor com uma capacidade grande de produzir e conseguisse fazer da melhor forma possível tudo aquilo que ele produz. Eu sempre falo o seguinte, nós conseguimos fazer em Mato Grosso o produtor de soja pequenininho, hoje ele ser um empreendedor com a capacidade técnica muito grande, e aí que nós gostaríamos e queremos fazer com que o pequeno produtor chegue, aquilo que ele faz, ele faz com excelência e com a qualidade para que todo mundo possa consumir...S/drm

1124au58.drm

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. REINALDO - ...aquilo que ele faz ele fazer com excelência e com a qualidade para que todo mundo possa consumir sem perigo nenhum. Mas quando nós falamos de cooperativismos nós conhecemos o Estado de Mato Grosso a dificuldade que existe, as cooperativas que funcionam já estão grandes e as pequenas querem seguir o exemplo mas não conseguem porque é o que alguém falou precisa ter produto para se ter uma cooperativa e por enquanto estamos com essa dificuldade no Estado.

Quando nós vamos trabalhar a agroindústria através de uma cooperativa nós temos enis exemplos que tem um monte delas fechada aí no Estado, estão tendo dificuldade de fazer rodar, quando nós vamos falar de agroindústria de qualquer produto vegetal e animal nós vamos ter que trabalhar isso com excelência de fato para pode comercializar, dificuldade que eu falei, ontem o Suelme esteve lá em Sorriso e viu uma família que produz um queijo lá na propriedade dele no fogão dele como Hudson falou, e comercializa lá, mas não pode comercializar fora do município.

Então, esse é um fator que nós precisamos estar vendo de fato, quando eu falo isso, agroindústria ela de fato tem que ter tudo isso aí Natasha, uma indústria bem montada com condições de produzir, industrializar dentro das normas de vigilância sanitária direitinho.

Agora, como vamos trabalhar produto caseiro, artesanal, eu sugeriria Dr. Paulo que se criasse uma lei ou dentro desse Lei condições para produzir esse produto artesanal, eu cito como exemplo, nós tivemos no Paraná aonde que eu vi um produtor tirando leite, colocando no refrador, fervendo esse leite e colocando esse leite dentro de um frizer para fazer um sistema de pasteurização lenta e comercializar isso na merenda escolar, sem nenhum perigo.

Então, essas coisas eu vejo de uma importância muito grande para poder fazer de fato como aquele pequenino possa fazer o salame, fazer o queijo, fazer o leite e mais um exemplo, que nós comemos aí, tem uma cervejaria aqui que compra o queijo da Serra da Canastra para nós degustarmos ele é feito na panela em cima do fogão, mas ele poder ser comercializado no Brasil inteiro.

Então, tem o queijo do Planalto Catarinense também na serra gauchas, quer dizer tem enis produtos que nós já temos como exemplo e que existe isso no Brasil e que nós temos que criar de Mato Grosso, seria isso Deputado, só para contribuir um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado Alemão pela sua contribuição. Em que pese a plateia esta se esgotando...s/lcb...

1124au59.lcb

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) -...Obrigado, Alemão, pela sua contribuição. Gente, em que pese a plateia estar se esgotando, mas aqui tem um telespectador lá do Município de Santa Rita do Trivelato que está assistindo a TV Assembleia e quer parabenizar pela Audiência e que a lei é extremamente importante, e que nós devemos realmente trabalhar essa lei, mas desde que ela seja realmente um pouco mais flexível.

O último da plateia, vamos ouvir Rubens Soares. Vem contar para nós, jovem, um pouquinho da sua experiência.

O SR. RUBENS SOARES RIBEIRO- Boa tarde a todos!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Me chamo Rubens, sou Presidente da Cooperativa de Seringueiros de Ouro Branco e Presidente da Associação dos Agricultores Familiares de Ouro Branco também.

Eu fui provocado de certa forma porque ouvi alguns colegas falando do cooperativismo, e agora há pouco o colega falou que as pequenas cooperativas estão querendo seguir as grandes e de certa forma não conseguem. Um exemplo bem rápido e prático: Quero falar da COPSOB, Cooperativa de Seringueiros de Ouro Branco que iniciou em 2012 sem nenhum tipo de experiência, buscamos a experiência através das cooperativas principalmente do SUA, através de pesquisas, e nós conseguimos se reerguer do nada vendendo borracha de seringueira, que lá são cento e dez produtores na área toda e cada um tem dez hectares de seringueira.

Entre essas seringueiras, hoje depois de quatro anos depois estamos produzindo mandioca, estamos produzindo frango, estamos produzindo abóbora, estamos produzindo pepino, estamos produzindo abacaxi. E recentemente o Secretário Suelme, um abraço, nós não fomos solicitados, a Angela também que me fez o convite hoje. Temos quatro hectares de melancia plantada e mandamos cinco caminhão de melancia semana passada aqui para Cuiabá para o CEASA.

Então, isso tudo foi produção da cooperativa reunido com todos os produtores de lá. Dá certo? Dá certo. Desde que... Eu ouvi agora há pouco também: Depende da gestão? Sim. A cooperativa tem uma alta gestão. Isso é que tem que ter. Os pequenos produtores fazer sua própria gestão e buscar incentivo, principalmente, do Governo para que consigamos nos organizar.

Além disso tudo, partindo para a parte do frango, também temos o abatedouro já legalizado com o SIM, está o Dr. Eber que é o médico veterinário que nos deu uma grande força para nós, e estamos vindo de encontro com o SUSAF que esperamos a aprovação desta lei para que consigamos tirar o nosso frango do município.

O ano passado a cooperativa de seringueiros que todo mundo pensa que é borracha somente, mas produzimos trinta e oito toneladas de frango, e conseguimos desenvolver em todo município. Além disso, a cooperativa participa do PENAÉ do Município de Itiquira, participamos também do PENAÉ de Rondonópolis...

...s/asg...

1124au60.asg

O SR. RUBENS SOARES RIBEIRO -... participamos também do PNAE de Rondonópolis que é para a merenda escolar e ainda temos o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, da CONAB. Então, este ano estamos vamos finalizar o PAA com quinze toneladas de frangos. O ano passado nós produzimos trinta e oito toneladas de frango através da Cooperativa. Hoje, nós temos todos esses produtos pela agricultura familiar, produzido e entregue às escolas, merendas escolares, e ainda mais as entidades cadastradas pelo PAA.

A cooperativa dá certo? Dá certo. Então, estão aqui os meus colegas que vieram comigo hoje. Ali estão a Cristiane e a Fátima que somos do Itiquira e viemos trazer uma pequena experiência que dá certo, sim.

Agora, só mais um detalhe que esqueci. Estamos também entrando na linha de piscicultura que nós temos quarenta tanques-redes onde vamos produzir pintado. Nós estamos alevinando... No mês que vem nós estamos alevinando para produzir também. Então, isso tudo não é

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

apenas um agricultor, isso tudo é através da Cooperativa de Seringueiros de Ouro Branco - COOPSOB.

Nós esperamos que todo esse enquadramento do SUSAF venha somar com o abatedouro que nós temos para conseguirmos mandar frango, talvez, até para Cuiabá se precisar. Nós estaremos prontos para fazer isso. Certo?

Então, eu quero agradecer o Deputado pela oportunidade e só queria contribuir um pouco com a nossa experiência enquanto Cooperativa.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado e parabéns pela experiência.

Chegou mais um *WhatsApp* lá de Sorriso: “estamos assistindo a Audiência Pública aqui na cooperativa de Sorriso. Belas e sábias palavras do pessoal de Itiquira e do Alemão.”

Deve ser o fã clube que ele tem lá em Sorriso, não é possível! Porque ele não falou palavras bonitas, não. Falou? (RISOS)

Vamos ouvir o Sr. Eduardo para suas considerações finais. Se assim quiser, o senhor está com a palavra.

Logo em seguida, o Sr. Rodrigo.

Por ordem cronológica, vamos ouvir o Presidente do INDEA e, depois, o nosso Secretário para encerrar a Audiência Pública.

O SR. EDUARDO DANTAS - Quero só contribuir aqui... Quando a Natasha falou das plantas, só para lembrar, era sugestivo.

Logicamente que vou até pedir permissão para a Dr^a Fernanda porque como estou na SEAF não tenho juridicamente como falar pelo INDEA, mas acredito que essas plantas que já existem passarão por uma seleção que será da SEAF. Ninguém vai pedir para modificar planta, nós vamos fazer uma adequação. Eu acredito que quando for encaminhado ao INDEA, o INDEA estudará e vai fazer porque acredito que o INDEA já trabalha, sim, com Termo de Ajuste de Conduta e vai ser dado o selo, só que vai ter que ser ajustado...s/dmm

1124au61.dmm

O SR. EDUARDO DANTAS - ...vai ser dado o selo, só que vai ter que ser ajustado. Isso era só para concluir o que a Natacha falou.

E também defendendo a minha casa original, que é o INDEA, uma pessoa de Tangará da Serra falou sobre o agronegócio e ele falou que a SEMA é que proíbe os duzentos metros. Na verdade, não é a SEMA, é o INDEA que proíbe. Mas proíbe por algumas questões, eu acredito que o Presidente vai falar aqui, por questões de defesa sanitária. Não tem absolutamente nada a ver com a inspeção, e até pelo agronegócio, porque tem que garantir a defesa sanitária do Estado para poder exportar. Eu acredito que seja isso.

São essas considerações que eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Muito obrigado, Eduardo, pela sua participação, espero que esse grupo não se encerre por aqui e que nós possamos buscar algumas boas novas que aqui foi discutido, dentre elas nós não podemos deixar de reconhecer que essa análise de risco

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTOS SEM REVISÃO)

deveria estar inserida dentro desse contexto do inciso 4º para que um técnico ao analisar a inclusão do SIM no SUSAF, para que ele possa ver a instalação e levar em consideração esse aspecto extremamente importante.

Eu passo a palavra ao Rodrigo Olegário e de antemão queremos agradecer e para que o senhor faça as suas considerações finais.

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA - Primeiramente, eu quero agradecer mais uma vez ao Deputado e ao Governo do Estado por ter me dado essa oportunidade de colocar essa exposição técnica aqui para os senhores, falar mais uma vez que eu estou à disposição dos senhores e do grupo técnico para trazer propostas, discutir propostas e nunca impor propostas. Isso eu não faço.

Então, a minha função aqui é justamente essa estou aqui com esse objetivo. As propostas eu posso escrever e posso trazer. E tenho certeza que como ser humano eu nunca vou me distanciar do meu compromisso ético e moral que eu fiz desde formado. À hora em que eu levantei a minha mão e jurei como eu deveria me comportar como médico veterinário. Mas eu não posso esquecer do meu compromisso como ser humano, compromisso esse que eu tenho e aprendi em berço com a minha família, eu sei que as pessoas que estão aqui, igualmente a minha família, eles têm potencial de produção, eles querem crescer, eles querem lutar, eles querem produzir cada dia mais. E eu não posso esquecer disso. Porque todos nós somos iguais perante Deus e nós temos que lembrar...

...S/CAC

1124au062.cac

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA - ...perante Deus e nós temos que lembrar que se eu quero crescer ou se o grande quer crescer, o pequeno também tem possibilidade de crescer e quer. E para isso precisamos do apoio técnico porque sabemos que quando se trata de alimentos surgem todas essas discussões.

E eu quero pedir desculpas, talvez pelo excesso em algum momento, que vocês viram e tentar me defender, mas eu tenho certeza que a maior defesa vem de lá de cima, Ele sabe muito bem o que eu estou fazendo e onde eu quero chegar e qual o objetivo dessa luta desde que eu entrei profissionalmente para exercer a minha profissão como médico veterinário. Respeito a opinião de todo mundo aqui, mas eu gostaria que vocês também respeitassem a minha como técnico porque eu estou aqui apenas trazendo propostas e se vocês precisarem da minha ajuda eu vou continuar à disposição de vocês para fazer melhor para esses produtores da agricultura familiar e para esse Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado mais uma vez, pela sua participação. Muito obrigado mesmo. (PALMAS)

Quero agora passar a palavra para ele, o homem da defesa, o homem do status mil da febre aftosa, da brucelose e da vaca louca.

Com a palavra o Dr. Guilherme Nolasco...

(O PRESIDENTE, DEPUTADO ZÉ DOMINGOS FRAGA, CONTINUA ANUNCIANDO O ORADOR FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. GUILHERME NOLASCO - Bom, Deputado (RISOS), eu gostei muito de tudo que eu ouvi aqui. Segurei-me para não interferir, para não falar no meio da discussão. O

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016, MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Secretário tem outra missão, outra lei para ser construída, essa é a conclusão. O SUSAF não resolverá o problema de todos, é um grande espaço que o Estado dá e eu gostaria que vocês prestassem um pouco de atenção porque eu acho que misturamos alguns assuntos, por isso que teve uma discussão até acalorada e no final todos tem a sua parcela de razão.

O Sr. Eduardo apresentou sucintamente três modelos de inspeção: o federal, o SIF - Serviço de Inspeção Federal; o SISE, estadual e o SIM - Serviço de Inspeção Municipal, municipal. O SUSAF - Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar e de Pequeno Porte, é um processo de inclusão mas de equivalência de serviço de inspeção, Dr. Rodrigo, assim como Mato Grosso. Federal são as grandes indústrias fiscalizadas pelo Ministério da Agricultura, não tem nada a ver com o Estado. O Estadual, SISE, é fiscalizado pelo INDEA e o municipal, pelo município. O Governo Federal escreveu uma lei para que aqueles estabelecimentos de inspeção estadual tenham equivalência com o serviço federal. Então tem que reger as mesmas normas do serviço federal, para que o industrial que tem um pequeno...

s/cms

1124au063.cms

O SR. GUILHERME NOLASCO - ...do serviço federal, para que o industrial que tem um pequeno frigorífico em Sinop, Juara, em Rondonópolis, esse já é um pequeno industrial que só pode vender dentro do Estado, ele pode vender para o País. Aqueles que estão no serviço federal podem vender para o País inteiro, para o mundo inteiro.

O SUSAF, irei fazer uma equiparação da mesma forma que o serviço de inspeção municipal que pode só vender dentro do município, passa poder comercializar dentro do Estado.

Assim como Mato Grosso, para atender o programa federal, para que as indústrias de inspeção estadual possam vender para o Brasil inteiro, precisamos seguir normas mínimas de inspeção da legislação federal.

Assim da mesma forma o município para vender no Estado inteiro, concorda comigo, Dr. Rodrigo? Tem que obedecer alguns critérios mínimos da lei. Aí discordo do nosso amigo lá de Itiquira, que a transformação os homens fazem mudando as leis, não é só nas cabeças dos homens.

Então, o SUSAF vem de forma cooperativa, por isso que a empresa custa duzentos, trezentos mil reais, tentar fazer uma inclusão da agricultura familiar e o sistema de inspeção municipal, ou regional e consórcio de municípios. Correto? E desta forma fazer um processo de equivalência com o serviço estadual e vender para todo o Estado. Se o Estado aderir ao sistema federal, quem sabe, pode vender para todo País no futuro.

Mato Grosso não aderiu ao sistema de equivalência do governo federal porque as nossas indústrias, a lei diz que uma vez que Mato Grosso atender, todas as indústrias passam a poder vender para o País todo e nós não temos... Temos várias indústrias bacanas, tem a Celeiro em Rondonópolis, tem o frigorífico em Juara, tem vários empresários, perdemos até para o serviço federal uma indústria de Rondonópolis e uma de Cáceres, no mês passado, que querem vender para o Brasil inteiro.

Só que tem indústrias que não podem, não estão preparadas para isso, e se aplicarmos aos rigores da lei, fecham essas indústrias, Deputado. Então, vimos dando condições, dando Termo de Ajuste de Conduta, prazo para aquele pequeno industrialzinho que já existe, para

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

que ele se adapte no mínimo a legislação. É a mesma coisa o SUSAF, ele vem trazer o cara da informalidade para o sistema municipal ou regionalizado para poder vender para todo o Estado.

Se eu aderir ao governo federal para vender ao País inteiro, eu terei que ser muito rígido lá na ponta, a coisa que mais ou menos mal feita comemos em casa. Entendeu? Desculpe-me, com o perdão...

...s/tmr...

1124au64.tmr

O SR. GUILHERME NOLASCO - ... mal feito nós comemos em casa. Desculpe-me o perdão da expressão. Não dá para vender para o país inteiro. Deveriam fechar todos, que estão fora daquele crivo da legislação federal. Mas não podemos fazer isso. Nós precisamos dar oportunidade à inclusão. Porque a lei, infelizmente, não inventaram uma lei, nenhuma instrução normativa, nem uma portaria que tratasse de um assunto, chamado bom senso. Não existe, Deputado. Não conseguiram escrever uma lei, nenhuma portaria, nenhuma normativa que fale de bom senso. A lei é aquilo, aplica ou não aplica.

E aí é um grande avanço o SUSAF, Secretário, mas podemos ver nesta Audiência Pública uma grande lacuna que fica para trás do anseio da sociedade do produtor rural, que vai ao encontro do que o Sr. Rodrigo falou. É um produto artesanal, é um produto caseiro, é um produto que o Serviço de Inspeção Estadual não vai por o carimbo lá dele e dizer que ele vai ser baseado em boas práticas de fabricação, quem sabe amostragens periódicas de análises do produto final, no laboratório de análise de alimentos. O Estado tem um LACEN, não sei, da Secretaria de Saúde. Análises periódicas do produto final usando o Sistema S, SESI, SENAR, para fazer treinamento com o produtor e boas práticas, uma estrutura mínima, que vimos lá da rapadura, que tem um frigorífico de pescado que inauguramos em Juara, uma casinha de 70 metros que não gastou 250 mi, lá em Juara, não sei se tem alguém da região aqui. Inauguramos um lá desse tamanho na casa de cohab, uma pequena cooperativa.

Então, o SUSAF não vai incluir esse tipo de produção. Eu acho que ficou uma lacuna. Não dá para costurar esse cocha de retalho dentro do SUSAF, que foi reunido 48 vezes com 25 pessoas. É um sistema que está pronto. Não vai atender na integralidade a sua reivindicação. Mas da mesma forma a legislação federal ou estadual, que ela tem que obedecer critérios federal de inspeção de produtos de origem animal, o Estado pode ser o mais brando para o Governo Federal, mas não menos. Tem que ser no máximo igual ao Governo Federal, ou mais ruim, pior, menor ele não pode ser. Então, amarrado o colega lá que falou de lei, de rigor, e fica essa lacuna, Sr. Rodrigo, de criar alguma coisa. Que o consumidor saiba que o seu frango é bom, ele é o seu cliente, ele confia, ele gosta, e tem apenas principais básicos de boas práticas de fabricação.../nns

1124au65.nns

O SR. GUILHERME NOLASCO - ... básicos de boas práticas de fabricação, periodicamente uma análise dele e o consumidor assume essa responsabilidade, mas o Estado como órgão de inspeção de produtos de origem animal não pode por o carimbo e dizer que o seu frango,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

porque não tem análise da água que o Sr. lava o frango, não sabe a temperatura que o Sr. conserva, não sabe o que ele come.

Porque o Estado não poder dar o carimbo dele lá, porque se amanhã, por ventura, o primeiro cara morrer intoxicado de frango no país, o primeiro, e tiver o carimbo do Estado, ele vai meter uma ação no Estado, vai falar, “Olha Estado, você deixou...”. Vai em cima do Sr.? Não, bloquear a conta do Estado, lá na Fortecem... “Estado, você falou que o frango do companheiro lá é bom, quero que você indenize a morte do meu filho.”

Falo isso para vocês com muita segurança, liberdade porque fazemos monitoramento e análise de pequenas indústrias ao longo do ano e vocês não imaginam os estabelecimentos bacanas, estruturados, não imaginam quanta contaminação pegamos em água contaminada com coliformes fecais, em produtos, como de tirar queijos de mercados, é uma tarefa difícil, drástica.

Ninguém gosta, tem um empresário, tem uma família por traz, mas se encontra muita coisa, se mata ou se não mata, não sei. Às vezes mata e nem sabemos, achamos que morreu de outra coisa, mas encontramos nas análises muita coisa em indústrias que têm câmara fria, médico veterinário responsável.

É um caminho muito tênue que estamos andando, concordo em número, gênero e grau que tem que criar uma situação para esse pão caseiro, esse frango do Sr., para a linguiça, mas não vai ser o serviço de inspeção do Estado que vai por o carimbo e dizer OK.

O consumidor vai ter que saber disso, compor porque gosto, confio, um mínimo de estrutura, boas práticas e análises de produto final periodicamente, mas não é dentro do SUSAF, Dr. Rodrigo, concorda comigo?

É dentro de um esquema que você fez lá municipal, regionalizado, não sendo de um processo de equivalência de inspeção, esse é o SUSAF, é o modelo de inclusão em um processo de equivalência de inspeção, não é um modelo de legalização e certificação, concordo e defendo meu companheiro Paulo Dilego...

S/ rof

1124au066.rof

O SR. GUILHERME NOLASCO - ... não é um modelo de legalização e certificação, concordo e defendo meu companheiro Paulo Bilego, não é um modelo de certificação do produto feito na cozinha do sitio, não é esse modelo e não vai atender este anseio dos senhores, e não vejo que é a lei para se costurar isto viu Secretario Sr. Suelme, é outra coisa que tem que os senhores tem que criar, eu acho que o modelo do SUSAF é para quem está preparado já para entrar numa industrialização pequeno produtor de frango projeto casulo em Mirassol do Oeste com alguns produtores de frango que tinha um abatedouro lá ou um modelo cooperativo como o rapaz ali falou de ir montado um assentamento, um grupo de pessoas ou o município construindo aquela planta, organizando, colocando veterinário, colocando agrônomo, com o INDEA o Estado ajudando e o modelo cooperado para i para frente, não vai incluir o cara que vai fazer o produto no quintal dele sozinho isto é outro desafio que nós temos que sair daqui para o Secretario de Agricultura família.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Então eu acho que pacifiquei um pouco este assunto, eu acho que o calor do tema foi porque nós soubemos separar uma coisa da outra e o SUSAF tem sim a sua contribuição, é válido, um trabalho sério, bem feito, não vai atender este ou outro anseio de outra discussão de outra legislação.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO FERREIRA - Eu só queria complementar, eu falei isto no início que tinha duas possibilidades, SUSAF produtos de origem animal e vegetal e a possibilidade de talvez desmembrar e criar uma outra legislação igual o senhor esta falando de produtos artesanatos.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Eu quero agradecer o presidente do INDEA.

Quero dizer que o Rodrigo está, lá em Cezarina/GO, assistindo à TV Assembleia e está parabenizando por esta Audiência Pública, está indo longe, que pese que não esta indo onde o senhor gostaria, mas esta indo longe.

Mas nós vamos trabalhar e depois quero fazer a sugestão de passar a palavra para o Sr. Suelme, até porque é o Secretario de Agricultura para que ele possa...S/drm

1124au67.drm

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) -...mais se nós dividíssemos em capítulos ou seção essa lei que viesse de encontro com que disse o Hudson, eu achei extremamente pertinente, em que pese ser técnico, ser da área, respeito sem tipo de problema, mas o Hudson fez uma fala que mexeu comigo, por mais que não seja possível que era trabalhar produto caseiro e trabalhar o SUSAF por capítulo, não misturasse bugalho, entendeu em seção diferente entendeu.

Mas posso quer falar é possível?

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Você quer falar, o mulher que fala, meu Deus do céu, mas ela fala só coisa boa. Fala três minutos que você vai alimentar do nosso Secretário ele vai encerrar aqui.

A SR^a NATASHA - Eu até falei para Secretário, só pede para nós continuarmos essa conversa com Dr. Rodrigo, no próximo momento para não ficar extenso.

Deputado, o que o grupo tem dizer, com relação a esse passo que o colega Hudson citou, o que acontece nós fizéssemos esse estudo, um dos resultado que nós tivemos é esse estudo, qual foi o discernimento final que nós temos, nós temos três esferas, esse produto que o colega apresentou o SINTAF de Maracaju que nós do grupo visitamos, essa mesma realidade eu convido os senhores a conhecerem em Lucas do Rio Verde, todo esse estudo, essa parte de acompanhamento de boas praticas, essa formalização, esse acompanhamento do produtor no fundo da cozinha nós temos em Lucas do Rio Verde, a partir de analise laboratoriais nós temos lá, nós fizemos a visita em municípios que tem estrutura e nós visitamos município que não tem estrutura que também tem esse selo. Então, em Lucas do Rio Verde, ele se chama selo de origem essa parte artesanal, de produtos artesanais.

Em Tangara da Serra, o que acontece ele tem serviço de inspeção municipal que hoje tem cadastrado o Ander não está aqui ele poderia me corrigir, oitenta nove agroindústrias.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Então, em Tangara da Serra ele não dividiu, mas ele juntou ele trouxe para ele, o que Tangará da Serra fez certificou todo mundo e agora ele começou gradativamente esse acompanhamento. Então, isso foi o que? Foi um projeto que começou a ser inscrito, nosso primeiro passo foi o SUSAF, nós conseguimos o que? Trabalhamos o serviço...s/lcb...

1124au68.lcb

A SR^a NATASHA -...O nosso primeiro passo foi o SUSAF. Nós conseguimos o quê? Nós trabalhamos o serviço de inspeção municipal, o SIM. O que nós estamos escrevendo agora, uma tarefa que estamos trabalhando agora é essa certificação artesanal tem o nome de selo de origem Lucas de Rio Verde. Isso nós estamos levando até o nome do Presidente Neurilan, porque é a tarefa de casa. É o que teremos que trabalhar nos municípios. É o primeiro passo. Então, o que acontece? Como Lucas do Rio Verde fez? Ele certificou todo mundo, todas as donas de casa que vai comprar, ela tem aquela bolacha, aquele pão, ele tem um carimbo de um selo de origem. E o que aconteceu? Fez uma reunião com todo comercio local do município, esses produtores estão tendo acompanhamento de dois anos com a prefeitura municipal. Eles estarão inserindo, estarão mostrando para vocês, e o município arcou para ele as consequências com as análises.

Então, o município tem recurso para isso. Não é a realidade do Estado. Qual é o nosso próximo passo? Estudar para que todos os municípios tenham, porque hoje o Estado em si não tem. O LACEM está parado e o Estado, as análises, o Presidente do INDEA pode me corrigir, é feito em um laboratório particular.

Então, fizemos esses estudos, essas análises, fomos buscando, chegamos ao ponto dos “s” sim, mas também chegamos numa necessidade que vimos a nossa união com a EMPAER, o fortalecimento da EMPAER.

Então, o grupo está elaborando esse novo estudo. É o quê? É um projeto ilusório? É um projeto de sonho? Sim. Só que paralelo a isso não podíamos deixar o SUSAF não atender, mas também não podíamos fechar o olho. Desenvolvemos uma cadeia separada. O próximo passo estaremos apresentando...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Vou sugerir até uma emenda minha para que possamos investir nesse laboratório do LACEM para fazermos essas análises. Vou vender aquele laboratório do INDEA que não está servindo para nada mesmo. Está analisando?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Só demanda judicial? Eu vou passar a palavra para o Suelme, nosso Secretário de Agricultura, para que o mesmo possa fazer suas considerações finais e logo em seguida eu gostaria, se fosse possível esse grupo, Rodrigo, se reunir com esse grupo e trocar algumas ideias, o nosso gabinete está à disposição, o INDEA está à disposição, se precisar de um hotel o INDEA tem também, estadia, pode ficar tranquilo.

Então, passo a palavra aqui ao Suelme para fazer suas considerações finais e falar de alguns avanços, até porque eu espero que possamos avançar, quero reconhecer o trabalho que vocês fizeram, um trabalho brilhante, um trabalho técnico totalmente responsável, baseado na legislação, mas nós precisávamos dar uma avançada. Eu sei que não está escrito na lei...

...s/asg...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

1124au69.asg

O SR.PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) -...eu sei que não está escrito na lei coerência, flexibilização. Pode estar escrito, apenas se colocarmos essa palavra.

Com a palavra, o Secretário Suelme Evangelista Fernandes.

O SR. SUELME EVANGELISTA FERNANDES - Deputado Zé Domingos Fraga, muito importante e muito rica.

Infelizmente, o pessimismo de algumas falas esvaziou o auditório. Eu estou dizendo na sucessão de falas inconsequentes, às vezes de pessoas que não entenderam o conjunto do debate que é extremamente válido e importante, joga a pedra e sai correndo. Eu acho isso horrível! A pessoa que tem que faz isso tem que ter no mínimo a dignidade de esperar o contraditório. Eu acho que é justo no processo democrático. Não quero fazer aqui julgamento dos motivos que as pessoas que pontuaram, saíram, mas é ruim falar ao final com a plateia vazia.

Mas desde o começo da fala do Rodrigo eu achei absolutamente tranquila. Em nenhum momento, eu não sei por que o clima esquentou um pouco. É notório que o Bilego faça a defesa do trabalho do grupo. E também é justificável que a contribuição dele venha no sentido de avançar naquilo que já se tinha. Não vi nenhum tipo de contradição e, sim, de construção positiva. Exatamente na linha do que o Presidente do INDEA sabiamente considerou.

Então, nós temos duas situações aqui.

Primeira: é preciso registrar o avanço do SUSAF para empreendimentos como da Cooperativa de Itiquira, da Vila que cria pirarucu em Peixoto de Azevedo e de tantos outros empreendimentos que são centenas também, Sr, Rodrigo, que estão entre essa pequena propriedade artesanal e aquela média que já descolou de um pequeno porte, e que ficam nesse limbo sem conseguir se formalizar. Então, ela vem de forma muito positiva resolver isso. Talvez, nós não conseguimos conectar esse povo para estarem aqui no auditório, mas foi muito oportuna a fala do representante de Itiquira porque caso como o dele tem vários no Estado. Então, ele resolve uma lacuna e não resolve outra.

A provocação do Sr. Rodrigo é louvável e necessária para que a minha segunda etapa, já que não conseguimos fazer uma lei só que resolva os dois problemas, isso reabre automaticamente, Deputado Zé Domingos Fraga, um debate sobre a produção artesanal. E eu não vejo problema nenhum de fazer esse debate. Até acho que na discussão da regulamentação essa questão em nível municipal será facilmente resolvida. Eu acho que a equipe tem muita condição de fazer esse encaminhamento.

...s/dmm

1124au70.dmm

O SR. SUELME EVANGELISTA FERNANDES -...eu acho que a equipe tem muita condição de fazer esse encaminhamento.

Então, são duas coisas que nós estamos falando, uma é a certificação e a outra é produção artesanal, que muito bem defendeu aí o Rodrigo. Nós fomos lá, inclusive, conhecer a experiência de Maracaju, eu quero parabenizar pela iniciativa da administração e quando voltaram de lá chegaram à conclusão de que aquilo não se adequava ao que o SUSAF propunha, e que isso era um box, era outra proposta de debate.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Então, Deputado Zé Domingos Fraga, eu iria fazer um encaminhamento de que já nessa lei tentássemos matar os dois, que era o entendimento de Vossa Excelência também, mas me parece que a equipe técnica considera isso inviável em função da questão da legalidade. No mais, de qualquer forma, eu acho que esse mesmo grupo tem uma responsabilidade daqui em diante de fazer com que esses produtos artesanais possam ser objeto de um debate tão aprofundado quanto este, acho necessário e é a nossa posição, o Guilherme nos deixa muito satisfeito e muito tranquilo para abriremos esse debate. Agora, eu preciso considerar como gestor público a responsabilidade que eu tenho como gestor de poder ter que ser responsabilizado por determinadas atitudes que possa descumprir a legislação. Eu não posso, como Secretário de Estado, andar fora da conformidade do que a legislação determina. Ah, trezentos mil é caro, é um absurdo, etc, mas é o custo mínimo para atender a legislação que se coloca.

Essa planilha de custo existe exatamente para resolver um problema seríssimo, Deputado Zé Domingos Fraga, sob a subjetividade da implantação de agroindústria no Estado, um município faz de um jeito, não certifica; o outro faz do outro jeito, não certifica; vem um e fala que isso não é assim... e essa subjetividade tem criado um prejuízo enorme para os municípios.

Qual é o esforço do Estado na linha do SUSAF? Bom, “eu quero fazer uma agroindústria e tenho duzentos contos no bolso para uma cooperativa. Como eu faço?” Está aqui a planta, está aqui a engenharia elétrica, a parte da construção civil e a tabela SINAPI, e inclusive a chancela do INDEA para poder sair dentro da legalização. Então, não tem ninguém que vai impedir que essa empresa seja implantada. Esse serviço de padronização ela é importante para os municípios, para as cooperativas, porque cada um cria uma análise diferenciada em relação à implantação da agroindústria. Então, foi nesse intuito que foi proposto isso tende uma recuperação do saldo do convênio do PRODESIN que o Estado vai investir três milhões de reais para importação de agroindústria no Estado.

Já terminando, na audiência que nós tivemos com o Dr. Scaloppe, que trata da questão, principalmente do consumidor, e aqui eu quero lembrar que a Drª Ana Peterlini foi fundamental e disse: “Olha, vá até o Scaloppe”, o grande problema da agroindústria é um problema de consumidor. Não está dentro da área ambiental dos Ministérios Públicos, está dentro, principalmente nas discussões de direito do consumo...

...S/CAC

1124au071.cac

O SR. SUELME EVANGELISTA FERNANDES -... principalmente nas discussões de direito do consumo. Existem Promotores especializados nisso e na garantia dessa questão dos consumidores. E lá ele falava exatamente isso: “Suelme, ok...nós não temos nenhuma observação a ser feita apenas só à questão ambiental, mas nós queremos as garantias mínimas de que o consumidor terá um produto saudável na ponta, sob pena do Estado ser responsabilizado, inclusive você, por certificar, autorizar ou validar qualquer tipo de produção que não tenha o mínimo de condições sanitárias de estar numa prateleira.”. Então, às vezes quando falamos do Ministério Público nós esquecemos que foi um consumidor que fez a denúncia e que notificou o Ministério Público para tomar providências. Agora é fácil crucificar o Promotor de Justiça, Deputado Zé Domingos Fraga, mas tem gente que é absolutamente criterioso e absolutamente cuidadoso com essas questões sanitárias de uma maneira geral. E aí temos vários exemplos.

Então, é preciso considerar essa questão também da participação do Ministério Público e da nossa obrigação de cumprir o que a legislação determina. Fica aqui o desafio e achei muito rico o debate, não achei nenhum problema, convivo muito bem com as críticas. A provocação

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016, MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

é conseguir alcançar um outro objetivo, não é Deputado Zé Domingos Fraga? Eu quero parabenizar Vossa Excelência por ter convidado o Sr. Rodrigo. O Rodrigo veio e fez uma provocação importante e essa provocação tem que ser em passos seguintes transformada num arranjo legal que possa fazer com que o senhor que teve a oportunidade de participar e outras tantas produções possam ser reconhecidas com o mínimo de garantia por parte do Estado. Está bom?

Eu quero parabenizar e agradecer todos que participaram aqui, indistintamente. Ao Sr. Paulo Bilego, entendo a sua defesa, enquanto dentro do grupo, eu acho que no afã de querer explicar esquentou um pouco, mas tudo que eu acho que no final está pacificado diante da fala do Presidente do INDEA. ME coloco à disposição do senhor e de tantas outras pessoas que estão nos assistindo pela *TV Assembleia*. E quero cumprimentar a todos! Nós não temos ideia do alcance dessa transmissão, não é? Mas com certeza é muito maior do que uma salinha com quinhentas pessoas, está no Estado inteiro.

Muito obrigado e uma boa noite a todos!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Secretário.

Quero agradecer primeiro a presença de vocês, não só de vocês que participaram desse debate até o seu encerramento, mas acima de tudo de todos que compareceram nesta audiência pública. Quero fazer um agradecimento todo especial ao Sr. Rodrigo, que atendeu ao nosso convite, praticamente sem custo para realmente colocar o seu ponto de vista; ao Sr. Eduardo, o Sr. Guilherme, ao Sr. Suelme Evangelista, o Sr. Paulo Bilego, todos que de uma forma direta e indireta contribuíram...

s/cms

1124au072.cms

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - ...forma direta e indireta contribuíram.

Mas, quero dizer que a discussão, meninas e meninos, não encerram, bate papo durante uma semana, onde pudermos realmente tentar dar uma flexibilizada com responsabilidade, cumprindo com a legislação, de uma forma que possamos trazer um pouquinho mais de gente, de produtores, para dentro dessa legislação, com certeza, fará a diferença na vida de dezenas de pequenos produtores que estão hoje excluídos.

Não existem políticas públicas, com todo respeito que tenho pelo Suleme, que é Secretário de Agricultura, é um cara vocacionado, mas não existem políticas públicas no Estado de Mato Grosso para o agricultor familiar, não existe incentivo, fomento e assistência técnica, com todo respeito tem que ir para EMPAER. A minha empresa que me projetou tecnicamente no cenário político mato-grossense, mas infelizmente, literalmente, está quebrada, sucateada, não tem recurso orçamentário-financeiro para sequer fazer de conta que está cumprindo com o seu papel de levar inovação tecnológica para os nossos alvos que são os agricultores familiares e a sua família como um todo. Infelizmente, é a realidade.

Ontem, tive a oportunidade de fazer uma fala sobre o orçamento da EMPAER, de treze milhões de custeio para este ano cairá para cinco quatro e setecentos, não terá dinheiro para pagar a gasolina. Ele que precisava de trinta milhões de custeio que é um órgão de defesa, que tem um status de sanidade animal que foi construído ao longo de quarenta ou cinquenta anos, tem oito milhões de custeio. Eu não sei onde que vamos parar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 413/2016,
MENSAGEM 75/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA UNIFICADO ESTADUAL DE
SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR E DE PEQUENO PORTE, REALIZADA NO DIA
24 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Eu torço para que haja crescimento econômico, torço para que possamos ver essa reforma tributária que possa otimizar a nossa arrecadação, que venha a reforma fiscal para que possamos diminuir despesa e, acima de tudo, que tenha crescimento econômico. Para que tenha crescimento econômico para termos a participação da agricultura familiar dentro do contexto da receita agropecuária que temos dar uma flexibilizada, senão não vamos chegar.

No mais, mais uma vez quero agradecer a presença de todos!

Desta forma peço licença à Mesa Diretora, já quero agradecer as condições de trabalho que tem nos dado, em nome do nosso Presidente Guilherme Maluf, peço licença por não cantarmos o Hino de Mato Grosso, que é questão regimental.

Muito obrigado e boa noite, bom retorno para casa. Bebam, mas bebam com moderação. (PALMAS)

Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Nerissa Noujain Salomão Santos;
 - Rosilene Ribeiro de França;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão: